UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS - RIO CLARO

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIANA RAUTER

ENTRE O DESAPARECIMENTO DA INFÂNCIA E O ALONGAMENTO DA ADOLESCÊNCIA: CONCEPÇÕES SOBRE AS FASES DA VIDA NA COMUNIDADE ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR.

Rio Claro
2011

MARIANA RAUTER

ENTRE O DESAPARECIMENTO DA INFÂNCIA E O ALONGAMENTO DA ADOLESCÊNCIA: CONCEPÇÕES SOBRE AS FASES DA VIDA NA COMUNIDADE ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR.

ORIENTADOR: PROFª DRª LEILA MARIA FERREIRA SALLES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de licenciado em pedagogia.

Rio Claro
2011

155.4-7 Rauter, Mariana
R249e Entre o desaparecimento da infância e o alongamento da adolescência: concepções sobre as fases da vida na comunidade escolar e suas implicações no cotidiano escolar. / Mariana Rauter. - Rio Claro : [s.n.], 2011
88 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Leila Maria Ferreira Salles

1. Psicologia do desenvolvimento. 2. Escola. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

AGRADECIMENTOS

Em uma única folha não caberia todos os nomes de todas as pessoas que foram responsáveis pela finalização desse trabalho. Sendo assim, agradeço, primeiramente a Deus, por me julgar merecedora de tal conquista, a graduação, e, sobretudo por me amar tanto a ponto de trazer pra perto de mim pessoas tão queridas, e tão amadas que conviveram e convivem comigo das mais variadas formas. Meu avô, Benedito Rauter, por ter me mostrado que é através do esforço, da honestidade e do trabalho que se conquista qualquer coisa, que mesmo estando do lado de cima, me ilumina e faz-me sentir sua presença rotineiramente. Dedico este trabalho a este homem, que me abrigou em sua casa, mas principalmente em seu coração. Vô Dito, muito obrigada, eu te amo muito!

Não deixo de colocar outras pessoas que me deram as mãos juntamente com meu avô: Vó Nadir, tia Ana, tio Jú (Juliano Tambolini), meu irmão Gabriel, minha amiga Camila Christofoletti, sua mãe Carmem (que hoje sei, que é também minha mãe), minha mãe Sandra e meus eternos amigos do astral, que com a luz mais bonita, sempre me ajudam a direcionar meu caminho.

Agradeço também a dois professores da graduação, Profº César Donizetti Pereira Leite e a minha orientadora Profª Leila Maria Ferreira Salles, onde ambos me ensinaram a pesquisar, com dedicação e transparecendo sempre o prazer que se deve ter naquilo que se faz.

A todos vocês, com toda humildade do mundo, meu muito obrigada!

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi o de investigar os sentidos e concepções sobre a infância e a adolescência na sociedade atual e suas implicações no âmbito escolar. Buscamos entender os porquês que esse processo vem ocorrendo tendo como pressuposto sua associação com os modos de tutela e a consequente autonomia e independência precoce que crianças e adolescentes parecem estar adquirindo na sociedade atual. Ao examinar as concepções de infância e adolescência de crianças e adolescentes, buscamos investigar os limites e a autonomia das crianças e dos adolescentes, caracterizando os modos de tutela que os pais empregam na relação com seus filhos e analisar as implicações destas concepções no âmbito escolar.

Palavras chave: adolescência, infância, escola.

SUMÁRIO

Página

INTRODUÇÃO.....05

CAPÍTULO 1
SOBRE A INFÂNCIA.....13

CAPÍTULO 2
A JUVENTUDE COMO MODELO IDEAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
.....39

CAPÍTULO 3
A TUTELA DOS PAIS (FAMÍLIA) PERANTE A SOCIEDADE ONTEMPORÂNEA
.....52

CAPÍTULO 4
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA POR ELES MESMOS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS
.....65

4.1 A escola.....65
4.2 Caracterização das crianças.....65
4.3 Caracterização dos adolescentes.....66
4.4 A fala das crianças.....67
4.5 A fala dos adolescentes.....72

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....78

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....82

Entre o desaparecimento da infância e o alongamento da adolescência: concepções sobre as fases da vida na comunidade escolar e suas implicações no cotidiano escolar.

Mariana Rauter

Orientadora: Profª. Dra. Leila Maria Ferreira Salles

Introdução e justificativa

O incômodo maior a respeito da temática que se constitui no objeto de estudo proposto neste projeto surge da minha participação no Projeto intitulado: Violência de jovens e violência escolar: estudo sob a ótica do imaginário escolar e da inserção social[1]. A participação neste projeto suscitou em mim varias indagações a respeito dos modos de tutela que as famílias de periferia têm em relação a seus filhos e a autonomia, que muitas vezes aparece adquirir um sentido de precocidade, com que crianças e adolescentes deste meio social parecem gozar. Paralelamente, na minha trajetória acadêmica, participei de um projeto de pesquisa intitulado Ação, Câmera, Luz: entre imagens e olhares- experiência de infâncias e montagens[2], que tinha por objetivo central discutir os modos de produção de subjetividade, partir de imagens capturadas por crianças, por meio de filmagens e fotografias e suas narrativas sobre elas.

Embora não fosse esse o objetivo deste projeto, o contato com a literatura na área indicou que há uma confusão do significado da infância enquanto uma fase da vida. A participação neste estudo, atrelada a minha participação no grupo de pesquisa: Violência de jovens e violência escolar: estudo sob a ótica do imaginário escolar e da inserção social fez

[1] Financiamento FAPESP Linha de Fomento Programas Especiais/Ensino Público. Processo 2010/09317-9

[2] Este projeto foi desenvolvido no Instituto de Biociências na Universidade Estadual Paulista-Júlio de Mesquita Filho- Rio Claro, coordenado pelo professor do Departamento de Educação César Donizette Pereira Leite, onde no mesmo eu era bolsista de Iniciação Cientifica pela Proex (Pró Reitoria de Pesquisa da Unesp/RC).

nascer em mim a vontade e o reconhecimento da importância de estudar esses processos psico-sociais contemporâneos. A participação nestes projetos, bem como um primeiro contato com a literatura na área, indica uma possível confusão de sentidos sobre as fases da vida decorrente do desaparecimento da infância, tal como tem sido concebida e imaginada, do alongamento da adolescência e do processo, que vem sendo apontado, de infantilização do adulto na sociedade atual (CAMPOS; SOUZA, 2003; CASTRO, 1998; SALLES, 2005; SARTI, 2007).

A respeito da infância, observam-se diversas diferenças conforme o período histórico considerado. A concepção de criança muda e adquire sentidos diferentes: adultos em miniatura, anjos, seres puros, inocentes e assexuados. Ora a criança é concebida como distante do adulto dada sua pureza e inocência e ora mais iguais a eles, se aproximando deles nos comportamentos, linguagens e atitudes esperados e que são considerados apropriados para esta faixa etária. A mudança de trajes, isto é na forma como as crianças são vestidas, exemplifica esse processo. O uso de maquiagens, de sapatos de salto alto, de tatuagens e piercings se difunde. Com isso, a infância parece estar perdendo o seu significado anterior e outros vão se impondo. (ARIÈS, 1981; CAMPOS, SOUZA, 2003; CATRO, 1998; PERALVA, 1997; POSTMAN, 1999; SALLES, 2005; SZAPIRO, RESENDE, 2010). Todas essas transformações que acontecem no decorrer dos anos indicam, então, que as concepções das fases da vida vão sendo resignificadas, fato que tem implicações em diferentes meios sociais como a escola, e que define parâmetros da relação criança/adultos. A criança e o adolescente, como diz Salles (2005, p.2) "com seus modos específicos de se comportar, agir e sentir, só podem ser compreendidos a partir da relação que se estabelece entre eles e os adultos. Essa interação se institui de acordo com as condições objetivas da cultura na qual se inserem".

Dentro destas resignificações, acaba ocorrendo algumas modificações nos sentidos que a fases da vida assumem , como no caso do prolongamento da adolescência e na confusão entre juventude e vida adulta. De acordo com Peralva (1997, p. 21), as transformações nas relações de trabalho e o prolongamento da escolarização, são fatores que catalisam o que chamamos neste texto, de confusão de sentidos entre as fases da vida, que leva a um possível desaparecimento da infância e um alongamento da juventude.

Na contemporaneidade, adultos jovens e crianças se igualam quando passam a serem vistos dentro de uma mesma ótica, como por exemplo, sob a ótica do consumo. Na ótica capitalista de consumo, crianças/adolescentes e adultos não mais se distinguem (CASTRO, 1998¸ SALLES, 2005), ao potencializar os mesmos tipos de desejos entre eles: estéticos, materiais e psicológicos. Deseja-se ser "belo", possuir coisas "bonitas", mesmo que dentro de uma beleza midiática padronizada, e os estilos de vida se aproximam, sendo o estilo jovial o modelo para os demais (SALLES, 1998). Ao jovem, é atribuído o estilo de vida ideal na sociedade de hoje. Conforme Peralva (1997, p.23) "O envelhecimento postergado transforma o jovem, de promessa de futuro que era, em modelo cultural do presente".

Neste contexto, em que os estilos de vida tendem a se aproximar, as relações entre adultos e jovens se modificam. Aquela relação anterior de autoridade e de tutela que os pais/responsáveis exerciam em relação a seus filhos, não mais é a mesma. A experiência dos pais outrora valorizada é passível de ser questionada. Atrelado a isso, temos o grande número de veículos midiáticos, que transmitem um excesso de informação carregadas de valores que competem diretamente e diariamente com os valores da família, pois diz (Levisky,1998, p. 153):

> (...) a TV possui um poder doutrinador e é um modelo de identificação de hábitos, costumes e comportamentos. A família não tem condições de tudo supervisionar e esclarecer, além do que, ela se encontra enfraquecida. Os pais sentem dificuldade em ocupar seus papéis, definir limites e exercer suas funções.

Todo esse processo parece-nos ter implicações e reflexos diretos não somente dentro das famílias, mas também nas instituições escolares. A relação de autoridade que os professores exerciam sobre os alunos, principalmente sobre crianças e adolescentes torna-se também passível de questionamentos. Com isso as formas pelas quais crianças e adolescentes são tutelados pelos adultos também se modifica, colaborando, parece-nos para agudizar as confusões de sentido e confusões entre as fases da vida.

Assim, o interesse deste estudo é o de investigar essa confusão de sentidos e de concepções que parece existir hoje na sociedade sobre a infância e a adolescência e suas consequências ou desdobramentos no âmbito escolar. Buscaremos entender os porquês que esse processo vem ocorrendo tendo como pressuposto sua associação com os modos de tutela e a consequente autonomia e independência precoce que crianças e adolescentes parecem estar adquirindo na sociedade atual.

Por fim cabe destacar que usaremos o termo infância e crianças quando nos referimos a pessoas de até 12 anos de idade e adolescência para nos referirmos a pessoas de até 18 anos de idade, ou seja, em um sentido estritamente etário, pois o interesse central deste texto é o de investigar o significado destes termos hoje, extrapolando a sua definição biológica. Para tanto nos apoiamos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n° 8.069 de 13/07/1990) que diz: no Art. 2º "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade."

Usaremos os termos adolescência e juventude e jovens e adolescentes como sinônimos. A revisão da bibliografia que iniciamos tem indicado que os autores, muitas vezes se referem a fase pós-infância como juventude e não como adolescência. Sendo assim, neste trabalho esses termos serão usados indistintamente. (ABRAMO, 2002; SPOSITO, 2002; BORBA, 2008; ABRAMOVAY, 2002; COIMBRA, 2001; PAIS, 2009; SZAPIRO; RESENDE; 2010).

Destacamos ainda que, coerentemente, com o projeto ao qual se vincula, o estudo se refere a crianças e jovens moradores da periferia, entendendo-se aqui por periferia não só a questão da espacialidade urbana, mas os problemas relacionados à segregação sócio-territorial, à marginalidade e à exclusão social. A infância e a adolescência têm sido consideradas uma categoria social que reúne sujeitos que compartilham a mesma fase de vida quando se toma por critério a faixa etária, mas o fato, é que não é uma categoria social homogênea, pois existem fatores que vão causando diferenciação no interior deste segmento como a classe social, a condição étnica e de gênero, a orientação religiosa e a situação familiar.

Entende-se que o desenvolvimento deste estudo contribui para aclarar aspectos relacionados ao projeto ao qual se vincula na medida em que divergências nos sentidos atribuídos as fases da vida pode gerar incompreensões mutuas.

3. Objetivos

Conforme as discussões anteriores o objetivo geral deste projeto foi o de investigar os sentidos e concepções sobre a infância e a adolescência na sociedade atual e suas implicações no âmbito escolar. Buscamos entender os porquês que esse processo vem ocorrendo tendo como pressuposto sua associação com os modos de tutela e a consequente autonomia e independência precoce que crianças e adolescentes parecem estar adquirindo na sociedade atual.

Através de bibliografias específicas a respeito da temática ainda pretende-se:

-Investigar os limites e a autonomia das crianças e dos adolescentes.

-Caracterizar os modos de tutela que os pais empregam na relação com seus filhos

-Analisar as implicações de concepções de infância, juventude/ adolescência e vida adulta no âmbito escolar.

4. Desenvolvimento do trabalho

4.1 Método

O trabalho se adéqua a concepção da perspectiva de pesquisa qualitativa e se configura como estudo de caso.

Os Estudos de Casos se diferenciam das demais pesquisas, pela singularidade e especificidade que este remete. O objeto estudado é tido como único dentro do contexto que está
posto. Segundo Stake (ALVEZ-MAZZOTTI, 2006), o conhecimento derivado do estudo de caso é mais concreto e contextual, sendo mais sujeito a interpretações variadas por parte do leitor. Os Estudos de Casos procuram retratar a realidade de forma completa e profunda, analisando profundamente uma determinada situação de pesquisa.

Para o desenvolvimento do estudo será feito:

1) Revisão bibliográfica a respeito da temática estudada

2) Realização de entrevistas semi-estruturadas com crianças e adolescentes da comunidade escolar.

Entende-se por entrevista semi-estruturada a "técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos" (QUEIROZ,1988, apud DUARTE, 2002, p.147).

As entrevistas semi-estruturadas constituir-se-ão de perguntas abertas, definidas conforme um roteiro predefinido. Primeiramente será feito um pré-teste do roteiro para evitar que no momento das entrevistas ocorram falhas de compreensão das questões elaboradas e por consequência precise de intervenções da entrevistadora que pode influenciar por meio da sua retórica as respostas dos entrevistados que deveriam ser o mais espontânea possível.

A metodologia do nosso trabalho, proporia que fossem entrevistados 4 crianças e 4 adolescentes, sendo 2 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Os entrevistados seriam escolhidos por meio de sorteio atendendo os seguintes pré-requisitos: que as crianças tivessem uma idade entre 8 e 9 anos e os adolescentes entre 14 e 15 anos. Porém, isto não foi possível. Ambas as crianças e adolescentes ultrapassaram as idades sugeridas havendo crianças de até 11 anos e adolescentes de até 18. Porém, considerando que as idades dos sujeitos

entrevistados, se enquadram nas faixas etárias estipuladas pelo ECA quando caracteriza-crianças até 12 anos e até os 18 como adolescente, tomamos como pressuposto que tal fato não alteraria a analise final, de modo que o estudo foi feito com esses sujeitos.

As perguntas dirigidas buscarão encontrar fundamentos e possíveis explicações para responder aos objetivos da pesquisa.

Conforme informamos, para a realização das entrevistas nos utilizamos de um roteiro com questões claras que possibilitasse tanto o entendimento ao entrevistado quanto a obtenção das informações desejadas. Segue então o roteiro final utilizado:

4.1.1. Roteiro de entrevista com as crianças e adolescentes

- Concepção de infância e adolescência e idade adulta;
- As diferenças entre adulto, criança e adolescente;
- A demarcação das fases da vida: a saída da infância, a entrada na adolescência e na vida adulta;
- As vantagem/desvantagem de ser criança, de ser jovem e de ser adulto.
- A fase da vida preferida e a mais indesejada. Por que?
- Se você pudesse, voltaria/adiantaria no tempo? Por que?
- O que espera do seu futuro enquanto adulto;
- Os comportamentos aceitos e esperados na família e na escola;
- A relação com seus pais e/ou responsáveis;
- A relação de autoridade/obediência na família e escola;
- Autonomia permitida: O permitido e o proibido por eles;
- Os modos de tutela: a imposição de autoridade: orientações, punições e os castigos;
-Maiores defeito/qualidade de seus pais/responsáveis;

4.1.2. A análise dos dados

A análise dos resultados deste trabalho se pautará no método de análise de conteúdo, utilizando como referência Laurence Bardin (2002).

A análise de conteúdo é uma metodologia utilizada na pesquisa que parte de uma mensagem e está situada num ponto de maior amplitude dentro da teoria da comunicação. A partir da análise da mensagem se busca respostas para indagações a respeito do assunto sobre

o qual está se falando, a frequência com que ocorre, o modo como é falado ou escrito, o que fica subentendido, os gestos e as figuras que ilustram aquele discurso, e, seguindo nesta linha, o pesquisador pode ir deduzindo racionalmente acerca dos elementos que permeiam aquelas informações com as quais está trabalhando. Sendo o processo de comunicação composto por cinco elementos básicos, e sendo eles: uma fonte ou um emissor, o processo de codificação que ao final se traduz em uma mensagem e o canal pelo qual foi transmitida e o receptor desta.

Criaremos categorias para analise dos dados a partir dos temas que surgirem nas entrevistas.

Por fim, organizamos o trabalho em 5 partes, divididas em capítulos, sendo: Capítulo 1, denominado "Sobre a infância", que tratará desde os aspectos históricos do termo e de como o mesmo é algo moderno, levando o individuo, criança, ser visto e tratado pelos diversos sujeitos de formas completamente diferenciadas no percurso histórico, até aspectos pscicológicos e sociais dentro de um contexto contemporâneo; Capítulo 2 chamado de "A juventude como modelo ideal na sociedade contemporânea" tem por objetivo trazer o percurso histórico da juventude e da visão do ser jovem nas sociedades; Capitulo 3 analisará, como traz em seu título "A tutela dos pais (família) perante as crianças e jovens na sociedade contemporânea", que como não se diferencia dos capítulos anteriores sua linearidade condiz com os movimentos dentro de uma sociedade; Capitulo 4, fará uma reflexão e análise dos dados coletados nas entrevistas realizadas com as 4 crianças e os 4 adolescentes, relacionando, é claro, com o que viemos falando nos capítulos anteriores e por fim o Capítulo 5, trazendo de forma mais sucinta algumas considerações finais.

CAPÍTULO 1

SOBRE A INFÂNCIA

Antes de iniciar propriamente dito este capítulo faz-se necessário uma breve explanação introdutória a cerca do mesmo para então entrarmos com mais afinco a discussão singular a respeito da infância.

Para que possamos discutir a adolescência, seus conceitos e significados, e, sobretudo porque esta está se antecipando, minimizando o período da infância, do ser criança, e concomitante a isso, onde adultos, não se aceitam como tais, querendo manter-se jovens por um período de tempo alongado tendo a busca pelo prazer constante auxiliando nesse querer manter-se jovem (Szapiro, Resende, 2010.), torna-se imprescindível termos uma compreensão do que venha ser a infância, e do porque da "necessidade" de crescer de forma mais acelerada. Atrelaremos essa discussão com a perda precoce de tutela das famílias em relação a seus filhos.

Quando pensamos em infância nos remetemos a imagens (Brites, 2010). Imagens na maioria das vezes coloridas, felizes, ingênuas, inocentes, bonitas, atribuídas a seres humanos de estatura baixa, crianças, que brincam, correm, despreocupadas de tudo: "Fase boa da vida". Definições um tanto homogêneas, unilaterais e em linhas gerais. Talvez, essas imagens da infância tão generalizadas sejam resquícios que o período moderno nos trouxe associada a uma não consideração das crianças no contexto social e histórico em que se inserem.

Segundo Castro (1998, p.28) o conceito de criança esteve por muito tempo restrito a considerações de ordem biológicas, por meio do qual era possível se pensar na universalidade do conceito. A criança era comparada ao selvagem: ambos imaturos e não-desenvolvidos. No entanto:

> Ao se presumir tal universalidade, perde-se de vista o horizonte sócio-cultural específico de onde nascem as explicações sobre desenvolvimento, negando-se as preocupações históricas que deram origem e sustentação a estas explicações, e enclausurando as possibilidades históricas dentro de um único *telos,* aquele assumido dentro do curso da história ocidental, européia, que para muitos

> estudiosos está marcada por um viés colonialista e patriarcal (CASTRO, 1998, p.30).

Pensar a criança como um ser puramente biológico dentro de uma vertente unilateral, acaba sendo, um bom ponto para questionarmos do por que então de tantas alterações nos conceitos e concepções das fases da vida, afinal se a afirmação a respeito da universalidade do conceito fosse verídica, como haveria tantas mudanças nos conceitos e concepções da infância, por exemplo? Pensando a respeito disso, é que vamos encontrar em algumas literaturas, concepções de que a criança, assim como o adolescente e o adulto são seres sociais, e que suas fases de vida correspondentes são invenções da sociedade (Ariès, 1981). É interessante dentro desses apontamentos, nos recorrermos ainda a um ponto contraditório: ao mesmo tempo que temos a criança dentro deste olhar unilateral e ingênuo, onde assimilamos a imagem da criança em uma vertente de ordem biológica, esta, dentro do contexto estudado por nós, está cada vez mais repleta de autonomia, adentrando cada vez mais nos lócus sociais (Camarano, Leitão e Mello, Pasinato, Kanso, 2004).

São esses lócus sociais, na verdade, que vão constituindo e formando o ser, histórico e social e psicológico (Salles, 2005). É o mundo externo, interagindo com um interior tão peculiar, construindo assim, por meio de processos a sua subjetividade. Com isso, vamos entendendo que:

> Os modos ou processos de subjetivação indicam a forma pela qual os homens se apropriam da sociedade. Assim, é possível verificar a transformação e a historicidade da subjetividade, pois cada época histórica tem uma forma própria de sentir, trabalhar, desejar e viver. Ou, como diz Machado (2002, p.214), 'o que acreditamos ser nossa personalidade, nosso mais intenso desejo, são expressões em nós da história de nossa época'. (SALLES, 2005, p.3).

Dialogando a partir desta perspectiva, surge a necessidade de entendermos quais são esses lócus sociais e o que estes estão possibilitando, oferecendo ou restringindo ao ser que esta a todo o momento se formando na interação com o meio. Um primeiro fator, característico deste meio e irrestrito a qualquer um (criança, jovem e adulto, que, aliás,

também está em processo de formação constante), seria o acesso amplo a informação, sendo este um dos fatores que gerou algumas características peculiares à infância, que refletirá na juventude, se alongando na vida adultal (Campos, Souza, 2010). Pais e educadores tornam-se fontes cada vez menos requisitadas a busca de informações. Em meio à internet, televisão, revistas e jornais, a curiosidade é saciada de forma muito mais rápida e sem proibições ou restrições a quaisquer detalhes buscados. Tudo está ali na tela, ou no papel. É só olhar e ler.

Com isso, um conflito vai se gerando e a sociedade, sobretudo, os adultos não sabem mais o que fazer, se vêem perdidos dentro de seus pensamentos e valores, refletindo essa confusão em suas atitudes (Salles, 2005). Como lidar com essa criança "tão bem informada"? Tão diferente das crianças de características universais que estávamos acostumados a conviver. Como lidar com essa infância contemporânea?

Esta situação comentada acima, presente no contexto contemporâneo, tem como um dos pressupostos a cultura, onde acreditamos que seja esta que proporciona a "variabilidade na determinação das fronteiras da vida entre as várias fases da vida" (Pais, 2009. p.372). No exemplo dado por Pais, a respeito da "Festa dos Rapazes em seu artigo "A juventude como fase da vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse" (2009), vamos claramente percebendo no decorrer da sua escrita, o quão os códigos culturais vão significando e re-significando os costumes de tal modo que esta festa que era algo circunscrito a uma aldeia é apropriada pelo turismo. Szapiro e Resende (2010) complementam de forma interessante essa ideia de mudanças nas tradições que contribui, de forma acelerada e intensa para o poder decisivo cada vez mais precoce dos jovens:

> Hoje, os jovens se vêem autônomos num mundo destradicionalizado ou em processo de acelerada destradicionalização. Assim, muito mais do que autônomos, os jovens hoje se sentem livres para decidirem sobre suas vidas. Essa nova forma de capitalismo age através de mecanismos muito sutis, bem menos constrangedores que aqueles da modernidade, da sociedade disciplinar analisada por Foucault (1984) em *Vigiar e Punir*". (SZAPIRO & RESENDE, 2010, p.45).

A possibilidade de que o poder decisório seja cada vez mais precocemente colocado nas jovens pode ser um dos fatores, que somaram para a perda da autoridade, que implica em modificações na forma de tutela dos pais e responsáveis sobre seus filhos. O deslocamento da criança e do adolescente da posição de ser passivo e submisso, ao ser que ao conhecer mais, exige mais e ambiciona mais, modifica o sentido e o espaço social da infância e da adolescência:

> A infância muda seu lugar social: sai do lugar de inapta, incompleta, para o de consumidora, transformando sobremaneira sua forma de inserir-se no mundo. Ao mesmo tempo, a criança e o adolescente se encontram num lugar dúbio, pois são vistos ainda em sua incompletude – necessitam da escola para a aprendizagem legitimada pela sociedade e, paralelamente, encontram-se mais aptos que seus pais e professores para lidar com as novas tecnologias da vida cotidiana." (CAMPOS & SOUZA, 2010, p.4, apud CASTRO, 1998).

O acesso a informações sem o controle dos adultos contribui para a confusão de sentidos e concepções entre as fases da vida. Fato que se soma a adultos, jovens e crianças não se distinguirem mais como consumidores, o prolongamento da escola, a postergação na entrada no trabalho e na formação de uma família distinta da família de origem (PERALVA, 1997; POSTMAN, 1999).

Pautando-nos em Camarano, Leitão e Mello, Pasinato e Kanso, (2004) vamos ainda ter alguns outros fatores que colaboram para essa perda da tutela precoce e possibilitam uma autonomia também precoce. O fato de que, segundo os autores, demograficamente o Brasil é um país de jovens; que a fecundidade das mulheres se concentra em uma faixa etária menor à 20 anos, no sentido inverso do que antes acontecia; a necessidades de se fazer escolhas e de se tomar decisões importantes quando ainda não é sentido que seja o momento mais oportuno e mais seguro.

> A obrigatoriedade das escolhas nessa fase, no entanto, não é, necessariamente, acompanhada pelo amadurecimento psicossocial dos jovens, que na maior parte dos casos não dispõem de informações e experiência suficientes para fazer opções de vida que irão repercutir em seu futuro. O amadurecimento psicossocial é diferenciado de acordo com o estrato social em que estão inseridos. Nas camadas de renda mais baixas, podem ser «precocemente» impostas tarefas e responsabilidades para as quais não estão, necessariamente, preparados para assumir. Isso, por sua vez, pode antecipar características próprias da vida adulta, tais como a inserção no

> mercado de trabalho, o provimento parcial ou total do seu sustento e a constituição de família. Por outro lado, certos indivíduos de segmentos sociais de renda mais elevada podem atingir a idade adulta sem terem assumido papéis a ela associados: inserção no mercado de trabalho, autonomia financeira e constituição de família. Em muitos casos, prolongam a sua permanência na escola e na casa dos pais. Assume-se aqui que a família e o Estado afetam a constituição identitária e social dos jovens, funcionado como agentes promotores de suas potencialidades ou de acirramento da sua condição de vulnerabilidade (CAMARANO; LEITÃO e MELLO ; PASINATO; KANSO, 2004, p.20-21).

Embasada nessa discussão sobre a minimização da tutela e autoridade dos pais e a confusão dos sentidos das fases da vida, é que vamos situar um das consequências desses acontecimentos: o jovem como modelo ideal dentro do modelo ternário. Se relacionarmos a perda da tutela precoce com o querer ser livre, ou simplesmente, a conquista da liberdade por consequência (talvez ilusória), teremos pessoas alucinadas pela liberdade, para que a tendo, iniciar nela uma busca incessante por aquilo que lhe proporciona prazer. A juventude contemporânea num contexto de pensamentos ideológicos liberais busca a minimização do desprazer.

> "(...) a função paterna de interdição se tornou difícil de sustentar, já que vivemos numa época em que se jovem, ao contrário de representar uma condição subjetiva de um tempo de transição e de aprendizado para a entrada no mundo dos adultos, tornou-se a condição ideal a que todos devemos almejar e conquistar permanentemente. A condição de jovem é a permissão para o livre exercitar de todas as experiências, sem restrições. (SZAPIRO; RESENDE, 2010, p. 46).

Complementando:

> "A juventude transformou-se em um estado que se almeja que seja eterno. Assim sendo, é possível que estejamos vivendo hoje a experiência mais historicamente conservadora e acrítica dos valores de todos os tempos anteriores, uma vez que ser jovem, em resumo, constitui-se hoje no trabalho permanente de modular-se como um objeto de consumo numa economia de mercado que se alimenta da crença segundo o qual somos, e somos felizes, se somos o novo." (SZAPIRO; RESENDE, 2010, p. 48).

Tudo está intrinsicamente atrelado: a confusão das fases da vida, a perda precoce da tutela por parte dos pais e a juventude como estilo ideal de vida e que devem ser estudos pelo que significam e pelas implicações que possam ter no âmbito escolar.

Após esta discussão entrelaçando os temas deste trabalho é que me sentiria mais segura a dialogar sobre a infância de modo mais específico.

Gostaria de iniciar este tópico acerca da infância com uma poesia que li na disciplina de Dimensões Psciosociais que fez parte da grade curricular do meu curso no primeiro semestre deste ano de 2011. A poesia chama-se “O gato comeu” de M.N.A.H.

O gato comeu

“Tinha na rua menina

Tinha na rua menino

Tinha na rua jogo de bola

Jogo de taco, calçada pintada

Para as amarelinhas, da terra ao céu.

A rua agora é vazia

Meninos e meninas atarefados

Meninos e meninas fechados

Nas creches, escolinhas.

Não têm como ver o céu.

A casa agora é vazia

Velhos ociosos e solitários

Nos hospitais, asilos

Não tem como ver o céu.

Para falar de suas dores

Pagam-se profissionais,

Só conseguem ser ouvidos

Os que forem consumidores”.

Ao ler essa poesia, acredito, dá-se mais uma vez, a introdução necessária sobre a discussão que transcorrerá neste trabalho.

Ao propor uma análise deste tema, faz-se interessante realizar um prognóstico do que se vem pesquisando. Para tanto, utilizarei do artigo de onde extrai a poesia acima para me basear e apontar alguns dados (Müller e Hassen, 2009).

A ênfase nos estudos dirigidos a infância vem das áreas sociais, sobretudo, no campo da psicologia e pedagogia. Quando pensamos em crianças devemos pensá-las como seres sociais, ou seja, inclusa em uma cultura local, que está por sua vez, no meio de culturas globais, que vão 'propor' modos de ser e agir para se adequar da melhor forma a sociedade, restringindo ao máximo o sofrer, a dor, ou seja, uma cultura que exalta o prazer (SZAPIRO e RESENDE, 2010). O verbo propor está entre aspas propositalmente para levar-nos a uma reflexão dirigida, afinal não existe nada legal que virá exigir modos de ser, porém, é inegável a força que os meios, midiáticos e de veiculações das regulações estatais exercem perante os sujeitos (PAIS, 2009). O sistema social propondo-nos modos interessantes de viver, nos remete a oportunidade de escolha, afinal, é uma proposta, não uma intimação. Só que o que realmente acontece, sem percebemos na maioria das vezes, é que essas propostas são, apesar de reais, são escolhas que se limitam socialmente.

Esta discussão parece abstrata de mais, porém, vamos associá-la a temática deste tópico: a infância. A infância como sabemos, é completamente desenvolvida e significada socialmente, suas definições e concepções são frutos da boca das pessoas, de uma história social carregadas de especificidades. Esta está atrelada e localizada numa cultura que se transforma e que está em movimento. Como citado em Müller e Hassen (2005, p.469), Cohn (2005) diz, "Entender que costumes, valores e crenças não são um *em-si*, mas são conformados por um sistema simbólico que cada ator social aciona a cada momento com o fim de dar sentido a suas experiências".

Sendo assim, coexiste nesse meio, valores, coexiste a família, e os demais meios sociais que carregados de subjetividade e historicidade vão segundo a segundo formando e

desenvolvendo o sujeito, e este, como citado acima, utiliza deste sistema simbólico, que é a cultura, para dar sentido as suas vivências.

Seguindo esta linha de raciocínio, é importante ressaltar que, sendo a criança um ser social, inserido em uma cultura, sendo formado por esta, ainda assim, ela é um ator social capaz de transformar ou resignificar a cultura, ela é a nova possibilidade de ressignificação de "sistemas simbólicos":

> "O avanço na reflexão sobre a condição das crianças foi mostrando a contribuição da criança na constituição de significados, sua participação na renovação da cultura e na constituição de uma cultura própria, ou seja, a cultura da infância como parte das diferentes culturas." (MÜLLER e HASSEN, 2009, p. 470).

Aí se encontra umas das partes mais bonitas da contribuição tão importante que a crianças nos oferece. Novas possibilidades, o poder do recriar, reinventar, reinterpretar e refazer o mundo em que vivem. Um mundo sem crianças, ou melhor, sem infância, seria "o verdadeiro caos, a rigidez e a paralisação comodista do adulto nos faria perder a capacidade de pensar em mundo diferente".

Ainda sobre a citação acima, esse avanço de pensamento que as autoras se referem é tido como recente, ou seja, pensar a infância, pesquisar a infância não era algo tido como tema muito relevante, e só adquirem importância quando são transformadas em consumidoras:

> "ações políticas que se traduzem na vida cotidiana, nas concepções de educação, de cidade e de formação de profissionais destinados a cuidar de crianças e a educa-las. Receptáculo de atenções e preocupações quando vistas como projeto de futuro, desconhecidas, na sua opinião, quando se trata de pensar políticas de assistência, educação e formação para si, as crianças ganham *status* significativo nos dias atuais, sobretudo pela sua capacidade consumidor". (MÜLLER e HASSEN, 2009, p. 476).

Ora, se pensar crianças nos dias atuais significa, sobretudo pensa-las como dito acima em "capacidade consumidora", podemos entender que ainda, há um descaso geral em pensar e entender a infância no sentido de sua fase social-desenvolvimentista. Ao atribuir este tipo de pensamento e classificá-las dessa maneira, desconsiderando o pensamento a cerca de suas características peculiares, ignora as suas possibilidades de atuar para a "renovação social" que Müller e Hassen atribui às crianças. Segundo Campos e Souza (2002, p.2) "A cultura do

consumo molda o campo social, construindo, desde muito cedo, a experiência da criança e do adolescente que vai se consolidando em atitudes centradas no consumo".

O sociólogo Manuel Jacinto Sarmento, em entrevista dada a Ana Cristina Coll Delgado e Fernanda Muller, retrata de forma muito expressiva o que vem acontecendo com a infância em contexto mundial:

> "Um importante relatório de 2005 da UNICEF intitula-se 'Uma geração sobre ameaça'. O Relatório refere-se expressamente às consequências que a globalização hegemônica tem trazido às crianças de todo o mundo. Numa palavras a ameaça sobre a infância está profundamente articulada com as desigualdades sociais. Esta ameaça põe em causa a concepção e a norma de infância- refiro-me ao sociólogo francês François Dubet – exprime-se na turbulência que atravessa instituições como a escola e a família, com consequentes expressões na ruptura do processo de socialização. A colonização dos mundos de vida infantis pela indústria cultural e pelos *media* arrasta consigo, por seu turno, a emergência de comportamentos consumistas, individualistas, hipercompetitivos e a erotização infantil (melhor dizendo, a transfiguração de erotismo infantil pela dominação do erotismo adulto hegemónico)." (DELGADO e MULLER, 2006, p.18).

É neste contexto de mudanças decorrentes da globalização a respeito da compreensão do que vem sendo estudado sobre a infância que vamos enfatizar este momento do trabalho: a "perda da infância" para alguns autores (Postman, 1999) ou a sua "transformação" para outros (Sarmento).

De acordo com Sarmento, o que existe é uma "norma moderna da infância". A participação das crianças na vida social, na coletividade é intensificada.

O que Sarmento nos trará a cerca dessa norma moderna da infância vem para nos fazer refletir ainda mais, dentro de um olhar diferente, a cerca de discussões de, por exemplo, Postman (1999), que nos traz uma importante discussão diante o possível desaparecimento da infância.

Sarmento (2004) traz que a criança diferentemente do que os adultos costuma colocar, não é um ser de definição única e imutável, e sim, um sujeito que como os demais, das outras fases da vida, traz em si a sociedade como base formadora, o que o levará a modificar-se de acordo com a mesma, como "um ator portador da novidade que é inerente à sua pertença à geração que dá continuidade e faz renascer o mundo" (p.2).

Assim como o próprio Postman (1999) e outros autores (ÀRIES, 1981; SALLES, 2005) Sarmento também afirma da infância como sendo uma ideia moderna e passa a discutir algo fundamental que nos fará entender um pouco mais sua colocação sobre essa norma moderna de infância: "a institucionalização da infância" (instituições estas que, embasadas pela sociedade, passarão a construir esta fase, delineando-a), enfaticamente a escola, que se

expandirá tornando-se pública e aberta às massas, e a família que, deixa de atribuir todos os papéis de criação das crianças para as aias passando a assumi-los.

> "Estes fatores- a criação da escola, o recentramento do núcleo familiar no cuidado dos filhos, a produção de disciplinas e saberes periciais, a promoção da administração simbólica da infância- radicalizaram-se no final do século XX, a ponto de potenciarem criticamente todos os seus efeitos. Assim, a escola expandiu-se e universalizou-se, as famílias reordenaram os seus dispositivos de apoio e controle infantil, os saberes disciplinares sobre a criança adquiriram autonomia e desenvolvem-se exponencialmente, e a administração simbólica adquiriu novos instrumentos reguladores com a Convenção dos Direitos da Criança e com normas de agências internacionais (como a UNICEF, a OIT, a OMS) configuradoras de uma infância global, no plano normativo". (SARMENTO, p.6, 2004).

O que é de fundamental importância nesta citação é sublinharmos a potencial intenção em "normatizar, universalizar e homogeneizar" a infância, como suas características perante as instituições que atingem potência global: a forma da infância é de caráter internacional.

É exatamente nesta perspectiva que percebemos o porque de pensarmos a morte da infância. Afinal se identificarmos, como o fizemos e fazemos, realmente, a infância enformada está se desfazendo, se descaracterizando, porém, na verdade o que acontece, como nestas metáforas que utilizo a forma como forma de ilustração, é que, o sistema normativo da infância- que outrora a fazia ingênua- hoje, apenas lhe retira desta forma cor-de-rosa, colocando-a em outra, a da infância (falsamente) livre. Continua enformada, porém agora, quem a delineia é o mercado, em seus aspectos estéticos, morais e psicológicos (SARMENTO, 2004).

> "Um aspecto nuclear na reinstitucionalização da infância é a reentrada (ou, pelo menos, a visibilização de algo que nunca deixou de acontecer, mas estava escondido) da infância na esfera econômica...Mas também entraram pelo lado do *marketing*, com a utilização das crianças n a promoção de produtos da moda ou na publicidade e ainda pelo lado do consumo, como segmento específico, extenso e incremencialmente importante de um mercado de produtos para a criança. As crianças "contam" na economia e esse é um lado paradoxal do processo de reinstitucionalização, dado que, como vimos, a modernidade caracterizou-se progressivamente pela exclusão das crianças do espaço estrutural da produção". (SARMENTO, 2004).

Acrescenta-se ainda que as instituições infantil, como a escola, por exemplo, é um grande espaço que propicia por diversos mecanismos.

Se pararmos para analisar criteriosamente, a escola, nos moldes que sempre a conhecemos, anteriormente com um viés autoritário com o objetivo de formar sujeitos capazes de conviver em sociedade dentro de regras previamente estabelecidas e hoje com o ideal de formar "cidadãos", teremos a escola como sabiamente, coloca Sarmento (p.8)

ganhando "conteúdos semânticos diversos e pluralizados, podendo (crescentemente) 'cidadania' significar 'disciplinação social' e 'autonomia' subordinação aos programas periciais das ciências legitimadoras dos novos modos de administração simbólica".

Concluindo este raciocínio, podemos acrescentar outro fator que faz com que existam normas para infância, sobretudo, esta nova discutida, localizada como coloca Sarmento nesta 2ª modernidade, este fator seria o ato de não ter a criança como um sujeito, mas sim algo "assujeitado":

> "Essa identidade da infância reside, primordialmente, no seu estatuto social face aos direitos sociais- as crianças não têm capacidade jurídica de decisão autônoma. Necessitam de proteção e têm uma responsabilidade social em parte depositada em quem exerce o poder paternal. Depois, essa identidade, reside ainda nos fatores sociais que impedem sobre as crianças e que condicionam profundamente as suas formas de existência: há estatisticamente mais crianças pobres que outro qualquer grupo geracional; a compulsividade de frequência de uma instituição escolar – a escola – apenas obriga as crianças; a imensa maioria das crianças não tem rendimentos econômicos próprios. Essa identidade é também construída e continuamente investida pelo sistema econômico que destina uma parte dos seus produtos às crianças, cuidando de autonomizar bem esse segmento de mercado, nas várias áreas em que ele se exprime. A identidade das crianças é também a identidade cultural, isto é a capacidade das crianças construírem culturas não redutíveis totalmente às culturas dos adultos". (SARMENTO, p.11, 2004).

Para o autor (Delgado e Muller, 2006, p. 18) a emancipação atribuída a criança, "permitirá certamente favorecer um sentido outro das mudanças sociais em curso e transformar a *ameaça* numa possibilidade de emancipação". Porém, como vimos nesse mesmo autor, suas discussões como citadas, permite entendermos esta "emancipação" infantil envolvendo muito mais que simples desejo de criar nos pequenos o pensamento crítico, espaço dentro de seu contexto social. O que está em jogo como em citação anterior é a "colonização infantil pelas indústrias culturais e pelos media arrastando consigo, a emergência de comportamentos consumistas".

A ideia aqui ao discutir o consumo, é exatamente relacionar este primeiro fator ao processo que Postman (1999) chama de "desaparecimento da infância", no sentido de que emancipar a criança é igualá-la ao adulto, sobretudo no que trata de seu potencial consumista é descaracterizar a infância e adiantar a fase adulta.

Adiantando um pouco o raciocínio, levantaremos o pressuposto de que ao termos uma adultilização ou uma aceleração da entrada na adolescência pela criança, esta, terá uma precoce perda de tutela dos seus responsáveis. A presença dos pais como reguladores, assim como a frequência na escola, não mais fará sentido, já que estará embutido na criança o

sentimento de autossuficiência. Porém, a questão do pressuposto a perda precoce da tutela dos adultos as crianças será temática de outro capítulo.

Outra característica que se alia ao consumo para contribuir para esse movimento contra as peculiaridades da infância é a televisão:

> "O efeito mais óbvio e geral desta situação é eliminar a exclusividade do conhecimento mundano e, portanto, eliminar uma das principais diferenças entre a infância e a idade adulta. A abertura desses assuntos a todos, em quaisquer circunstâncias, apresenta riscos e em especial torna o futuro da infância problemático deve ser enfrentada com ousadia. Pois, se não há mistérios obscuros e fugidos para os adultos ocultarem das crianças e só revelarem quando acharem necessário, seguro e adequado, então sem dúvida a linha divisória entre adultos e crianças torna-se perigosamente tênue". (POSTMAN, 1999, p.101).

A televisão vem trazer de forma banal e superficialmente tudo aquilo que acontece ao redor do mundo, todos os pontos de vistas explanados- sem muita discussão, sem qualquer aprofundamento- sobre qualquer temática. A criança está ali, aberta e sendo formada- moral, social e psicologicamente. Este excesso desenfreado de informação, também da a sensação de que se sabe de tudo, não necessitando mais de outras fontes a pedir conselho (como a escola e a família). Além da característica da televisão de substituir as fontes de informações convencionais, aliada a produção da alienação, ainda conduz ao esvaziamento da curiosidade da criança em passo acelerado. Tudo o que vagarosamente era vivenciado na infância, o gozo da descoberta, a busca de explicações, a criação de hipóteses, a construção paulatina de raciocínio, vai sendo substituído com o encontro rápido e vago a todas as respostas buscadas pelos meios imagéticos, jornalísticos, televisionados:

> "As crianças são curiosas porque não conhecem ainda o que suspeitam que há para conhecer; os adultos têm autoridade em larga medida porque são a principal fonte de conhecimento. Num mundo onde os mais velhos não têm mais autoridade do que os jovens, não há autoridade; o conflito está encerrado e todos são da mesma geração". (POSTAN, 1999, p. 103-104).

E ainda,

> "Até certo ponto, a curiosidade chega naturalmente aos jovens mas a evolução dela depende da crescente consciência do poder de perguntas bem concatenadas para descobrir segredos. O mundo do conhecido e do ainda não conhecido está ligado pela ponte do espanto. Mas o espanto acontece em grande parte numa situação em que o mundo da criança está separado do mundo do adulto, onde as crianças devem procurar entrar mediantes suas perguntas. Como a mídia funde os dois mundos, como a tensão criada pelos segredos a serem desvendados diminui, o cálculo do espanto muda. A curiosidade é substituída pelo cinismo, ou pior ainda, pela arrogância. Restam-nos crianças que recebem respostas a perguntas que nunca fizeram. Em resumo não nos resta nenhuma criança ". (POSTMAN, 1999, p.104)

Pode-se pensar que Postman esteja sendo radical ao dizer que "em resumo não nos resta nenhuma criança", porém acredito se considerarmos as características que o autor atribui a criança não é tão censurável chegar a esta conclusão.

Gostaria neste instante de ressaltar outra ideia tratada pela citação colocada acima. Postman nos traz o cinismo e a arrogância como adjetivos peculiares desta nova criança, que tem sua curiosidade sufocada por respostas antecipadas. A arrogância faz-me pensar diretamente em duas relações: escola-aluno ou escola-criança e família-criança. Ambas as relações tratam de integrar um sujeito que ainda se encontra em fase de constituição de subjetividade- a criança- e do outro lado, possuímos duas instituições presentes de forma intensa no dia-a-dia desse sujeito. Instituições essas possuidoras de valores, princípios, concepções, história e objetivos diferentes a serem alcançados- a escola e a família. Agora, tentemos fazer o exercício de imaginar esta criança 'arrogante', carregada de pequenas informações, porém a cerca de quase tudo, informações, como falado anteriormente, que chegaram sem ao menos ter existido alguma busca, sem mero esforço, tão fácil como um clique na televisão, ou no *power* do computador. Como será que essa criança, se sente ou se percebe em frente a essas duas instituições que ora de maneira "pretenciosa" quer ensinar coisas, que pouco, talvez, se relacionam com as atividades desenvolvidas diariamente por esses sujeitos? Ou ainda, que não estão a par com todo esse universo de informações fragmentadas já internalizadas por eles? Possivelmente faremos alguns apontamentos a cerca destas indagações mais adiante quando discutiremos as entrevistas realizadas pelos sujeitos entrevistados na pesquisa.

Salles (2005) nos traz algumas considerações a cerca da construção de subjetividade no meio em que o sujeito se insere:

> "Como diz Leontiev (1978), ao apropriar-se das significações, historicamente produzidas, o indivíduo transforma-as de acordo com o seu psiquismo individual. As significações subjetivadas tornam-se parte de seu pensar cotidiano. Esses significados, produzidos pela sociedade, adquirem um sentido pessoal, se individualizam, se subjetivam e se transformam através de atividades e pensamentos de indivíduos concretos e retornam ao mundo exterior já reelaborados pelos indivíduos". (SALLES, 2005, p.3).

Ainda sobre a especificidade da sociedade contemporânea,

> "A identidade da criança e do adolescente é construída hoje numa cultura caracterizada pela existência de uma indústria da informação, de bens culturais, de lazer e de consumo onde a ênfase está no presente, na velocidade, no cotidiano, no aqui e no agora, e na busca do prazer imediato". (SALLES, 2005, p.3).

Com isso, o que vamos tendo por apontamentos vai sendo no sentido de pensar um pouco mais a respeito da suposta perda da infância (tratada nestes termos por Postman, 1999) associada diretamente com a formação da subjetividade a partir da tenra idade. Ainda, estamos preocupados em discutir o papel da escola e da família para esta criança inserida neste contexto histórico onde predomina a velocidade e a indústria da informação, alongando a discussão no sentido de compreendermos o que acontece com o psiquismo dessa criança perante ela e a sociedade. Afinal, se considerarmos que a criança "arrogante", é uma despossuidora da infância no sentido social do termo, o que então ela se torna? Seguindo a linha cronológica do desenvolvimento, a próxima etapa seria a adolescência, onde teoricamente, se assumindo como tal, pode-se dizer que ao existir a própria afirmação de "Eu não sou mais criança!", venha conglutinado de sentidos, onde neste trabalho enfocaremos como o 'ganho de maior independência', onde a criança se assumindo como não-criança precocemente, também não precisará de tantas regularizações, aí onde entrará a segunda e a terceira parte do trabalho, a perda precoce da tutela dos pais e a juventude como modelo ideal na sociedade contemporânea (SZPAIRO e RESENDE, 2010).

Como vimos, a criança hoje, na perspectiva do consumo exacerbado da sociedade capitalista, obteve o seu lugar na sociedade, passou a ser enxergada- mesmo que, vista apenas quando se é interessante- porém, apesar as criança existir, e sempre ter existido, não acontece o mesmo com o sentimento de infância. Clareando, sempre existiram crianças, porém, a infância é uma idéia moderna.

Para clarear ainda mais, colocaremos uma citação de Sarmento (2004), onde este, conclui de certa forma a ideia oposta à morte da infância trazida por Postman, e traz suas considerações acerca da 2ª modernidade, diferenciando-se singularmente neste ponto, do primeiro autor:

> "Não obstante – contrariamente aos propagandeadores da 'morte da infância' (POSTMAN, 1983), consideramos que a 2ª modernidade radicalizou as condições em que vive a infância moderna, mas não dissolveu na cultura e no mundo dos adultos, nem tão pouco lhe retirou a identidade plural nem a autoridade de acção que nos permite falar de crianças como actores sociais. A infância está em processo de musança, mas mantém-se como categoria social, com características próprias". (SARMENTO, 2004).

Sabemos que, tudo o que coexiste, sempre é norteado pelos interesses socioeconômicos do sistema vigorante. Com a infância não será diferente. Os rumos da história da infância vão sendo pautados, nos percursos do capital.

Segundo Àries (1981), nos séculos XVI, XV e XVI a criança era considerada um adulto em miniatura, não existia, como dissemos o sentimento de infância, todas as crianças agiam e se comportavam como adultos, executando as mesmas tarefas, participando dos festejos, celebrações, cerimonias, não sendo, como hoje, poupadas de nada, o que importava para a sociedade era a criança crescer e trabalhar, esse era o discurso e atitude pregada e assumida pela sociedade vigente. Tudo que as crianças aprendiam era através da prática, inclusive quando atingiam a idade próxima aos sete anos, eram levados a outras famílias, moravam em casas de outras pessoas, para aprenderem outros ofícios e atividades domésticas, quando se tratava de meninas. Esse acontecimento não se restringia as classes pobres, todas, as crianças, nesse momento, eram tratadas sob as mesmas regras.

Entre pais e filhos não havia a profundidade de um sentimento, inclusive, o sentimento de pais para com filhos era extremamente seletivo. Quando a mulher estava grávida, a ânsia era para que nascesse um menino, afinal, este seria alguém produtivo para a sociedade, e contribuiria, principalmente, com a qualidade de vida de sua família. Quando o menino era então o primeiro filho, a estima era redobrada, tudo o que os pais conquistaram, era deixado, único e exclusivamente para o primogênito. Nascendo uma menina, essa não era recebida com o mesmo carinho, era, vista como um gasto maior, sem retorno para a família, sobretudo, devido ao dote, que os pais pagariam a família de um possível futuro marido, como era costume na época. Em suma o que mais importava era a realidade moral e social, como a criança contribuiria na família.

As classes sociais eram identificadas através das roupas, assim as crianças se vestiam da mesma forma que o adulto de sua sociedade, afinal como vimos, as crianças eram como adultos em miniatura, ou adultos anões.

Além de tudo, a mortalidade infantil da época é um aspecto interessante de se observar. Ainda em Àries (1981), quando uma criança morria, não era um episódio triste dentro da família, ao contrário, era algo costumeiro, devido as condições precárias de saneamento básico e miséria. Além do mais, quando havia morte precocemente, tanto nas classes altas como nas baixas, os pais tinham consigo, que era só uma criança, que pode ser facilmente substituída por outra através de outra gravidez.

A partir, dos séculos XVI e XVII, na Europa, na Idade Moderna muda-se o sentimento sobre as crianças, vai surgindo neste momento o sentimento de infância propriamente dito. As crianças nobres são motivos de alegria para os adultos, as mortes de crianças não mais eram tidas como algo banal, passa-se a pesar esta perda precoce, retratos são conservados das que faleceram e das que ainda estão vivas. A fragilidade das crianças levam os pais a tomarem

certo cuidado com este pequeno ser, cuidado este impensado quando a criança era vista como algo de toda semelhança com o adulto.

Porém, este pequeno avanço é de exclusividade aos ricos, as crianças de classe pobre ainda era tratadas como outrora na Idade Média.

A origem deste novo sentimento moderno de infância, europeia, trouxe para o Brasil este novo conceito. Durante o período de colonização, os costumes predominantes na Europa passam a se implantar no território brasileiro.

Segundo Del Priore apud Silva:

> "(...) crianças pequenas, brancas ou negras, passavam de colo em colo e eram mimadas à vontade, tratadas como pequenos brinquedos. (...) As pequenas crianças negras eram consideradas graciosas e serviam de distração para as mulheres brancas que viviam reclusas, em uma vida monótona. Eram como que brinquedos, elas agradavam, riam de suas cambalhotas e brincadeiras, lhes davam doces e biscoitos..." (DEL PRIORE, 2004 apud SILVA, 2011).

Todo o cuidado que vai sendo atribuído às crianças, começa a trazer a partir da afetividade, novos olhares e sentimentos para com a criança. A iconografia do século XVII exprimiu essa nova perspectiva a cerca da infância.

É nesse momento também, de muita "paparicação" frente a criança, que surgirá também as escolas, para tentar reeducar essas crianças que foram estragadas por tantos mimos.

Além do mais, segundo Silva (2011) aos poucos, o Iluminismo, vai implantar na Europa novas ideologias a cerca de muitas concepções, influenciando de forma direta nas concepções e conceitos a respeito da criança, o que paulatinamente, será transmitido ao Brasil. Silva (2011) em seu texto nos traz que o Iluminismo vem com a ideia de que as pessoas necessitam ser educadas para que somente assim, possam fugir do mal, que é a ignorância. Era trazido que a razão do homem, ou seja, o raciocínio deveria ser valorizado e desenvolvido. Há aqui um avanço ao se reconhecer o papel da educação, entendendo-se que as crianças, assim como todos, deveriam ser educadas. No entanto, elas eram vistas como uma caixa vazia, como não tendo nada relevante ou importante dentro de si que deveria ser considerado no processo de aprendizagem.

Porem, a frequência à escola tinha objetivos diferenciados conforme as classes populares. Segundo Silva (2011) no Brasil colônia, "a partir dos sete anos, os filhos de senhores iam estudar e dos pobres e escravos trabalhar". Os filhos de burgueses despendiam de

conhecimentos que fossem de utilidade para capacitá-los a ocupar cargos altos, assim como seus pais. Logo, os filhos das pessoas bem menos abastadas, eram sucumbidos a terem por ensino, aprendizagens menos teóricas e mais práticas, como por exemplo, de "carpinteiros, pedreiros ou agrícolas". (Silva, 2011).

Dentro das escolas, os estudantes, eram corrigidos de forma violenta, porém, esse método era utilizado com muito mais ênfase em relação aos estudantes pobres. Com isso, foi criando-se o medo do adulto, afinal, ele detinha o poder, a autoridade, o poder de corrigir e castigar, além do mais, e em minha opinião o mais importante, era único detentor da linguagem.

> "Segundo as teorias religiosas, as crianças nasciam do pecado e eram símbolos da força do mal. Ghiraldelli afirma que essa idéia foi difundida desde Santo Agostinho, 'Como se sabe, Santo Agostinho viu a criança imersa no pecado, na medida em que, não possuindo linguagem ('infante': o que nãp fala- portanto, aquele que não possui *logos*), mostrar-se-ia desprovida de *razão*,...'." (SILVA, 2011).

As famílias passando a se inspirar no modelo de educação escolar, começam a usufruir dos castigos, gerando uma autoridade do adulto sobre a criança, assim se dá a idéia de hierarquia dentro de casa, onde o adulto manda e a criança obedece, e se não, é castigada. Inclusive a roupagem começava a se diferenciar entre aquelas que os adultos utilizavam.

Com esse movimento todo perante a escola, no século XVII, houve um novo fator social- consequente desse apoio dos pais e sociedade em geral para com o pensamento a cerca da escola - crianças e adultos estavam separados dentro da sociedade. Não mais eram tratados como semelhantes.

No século XVIII, com a Revolução Industrial e com a entrada da mulher neste campo de trabalho, fez-se necessário criar espaços para que fossem deixados seus filhos. Foi-se desenvolvendo as creches, meramente, neste momento, assistencialista, cuidadoras sem qualquer objetivo de educar. Esclarecemos é claro que, essas creches eram para aquelas crianças que devida a tenra idade não podiam e não tinham ainda capacidade de trabalhar, pois aquelas que já tinham, eram conduzidas nas fábricas, utilizadas pela burguesia como mão de obra útil e barata.

> "Nas fábricas, além da inserção do trabalho da mulher constata-se a presença de crianças que representava mãos-de-obra baratas, disciplinadas e com baixo poder reivindicatório. Nos tempos modernos, a escola torna-se uma instituição de fato enquanto espaço reservado à proteção das crianças. 'O grande acontecimento, foi portanto o reaparecimento nos tempos modernos da preocupação com a educação'." (SILVA, 2011).

Simultaneamente a preocupação e o interesse pelas crianças, a proposição da escolas como local de aprendizagem e de socialização, a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre cônjuges e entre pais e filhos o que antes não acontecia, inclusive quando o assunto era a educação dos filhos- séculos XIX e XX.

A infância no Brasil escravista foi como uma retomada das características da Idade Medieval. No século XIX a mortalidade infantil não era vista com muito sofrimento, pois a criança passava a ser anjinho (puro e livre dos pecados) isso era valido para crianças brancas e negras, pouco diferente de outrora, que simplesmente se recaía ao descaso. Os filhos das escravas acompanhavam suas mães nos serviços eram amarradas em suas costas para conciliar o trabalho com o cuidado.

A partir de seis anos as crianças escravas desempenhavam pequenas atividades, as meninas com doze anos além de trabalhar já eram sexualmente ativas. Para o menino branco iniciava-se o estudo do latim, da gramática, dos bons modos, com seis anos em colégios religiosos. Com sete anos o menino passava a usar as mesmas roupas dos adultos sendo considerado um. Voltamos aqui, a ideia da criança como um pequeno adulto.

Com o atraso do capitalismo, da ciência e da tecnologia no Brasil, atrasaram o ingresso da criança no trabalho, como então não estavam acostumadas a lidarem com máquinas, as crianças, quando foram iniciar-se nesse meio, passaram a ter mais cuidado, mais preparo para começarem a trabalhar. Foi instituído o ensino primário (estar na escola passou a ser condições do país) e o ensino secundário para a burguesia, para aqueles com condições que futuramente ocupariam o poder.

Por fim, como pudemos ver, a infância não é algo naturalizado, com características estáticas ao sujeito criança. Assim, como a juventude, que veremos a seguir, a infância é uma construção da própria história, concomitante a s transformações específicas de cada *locus* social.

Nosso período histórico também desenvolveu, dentro de toda uma linha histórica, a sua infância.

> "Então, para a nova sociedade que surgia impulsionada pelo capitalismo industrial e o liberalismo imbuído de suas consequências proporcionaram a ocorrência de transformações que influenciaram a vida das crianças. 'A infância passa, então, a se situar numa nova efetividade social enquanto consumidor'. O mesmo aconteceu em relação ao desenvolvimento tecnológico, mas nítido a partir do século XX, colocando a infância ligada ao econômico. Utilizando a criança como um incremento no trabalho infantil, na publicidade, ou ainda, no consumo." (SILVA, 2011).

Assim sendo, como em todos os demais períodos históricos, o período que estamos transitando traz consigo peculiaridades que foram construídas no decorrer do tempo nunca ocasionalmente e sempre em virtude de interesses e circunstâncias do momento. Cabe ficarmos atento a não naturalização dos fatos, e podermos diante da informação de toda história da infância, não nos alienarmos em pensar que as características medievais não estão mais presentes na contemporaneidade. É claro que não ninguém se destina a uma criança como se estivesse frente a um adulto. As ciências que vão se especializando na infância, como as afetas as áreas educacionais, sociais e médicas, contribui para separar o mundo infantil do mundo do adulto. Porém, se observarmos mais atentamente, as crianças passaram, devido a sede de consumo, a se vestirem como adultos, a exigirem coisas e até mandarem nos adultos, frequentando lugares de adultos cada vez mais cedo, não sendo poupados de informações . Também, como expusemos, na Idade Média as crianças também não eram poupadas, transitando sem fronteiras pelo mundo adulto. Quiçá, o decorrer do trabalho nos faça pensar um pouco mais a respeito dessas analogias.

Ao longo deste capítulo, pudemos perceber que as crianças estão constituindo dia-a-dia decorrente a vários fatores uma outra relação com os adultos, uma relação que arriscaria chamar de quase igualitária (lembrar dos viés mercadológicos), porém de forma oposta, mesmo diante o ideal do Estado em apoiar cada vez mais seus sistema vigente, capitalista, onde o eixo central é o consumo, esse mesmo Estado, que prega a autonomia diante do direito de livre escolha para consumir, ainda assim, inibi crianças e jovens (porque não) de possuírem voz no que tange a representatividade política.

Como pudemos notar, são várias as concepções acerca da infância no decorrer da história. Nessas novas considerações, o que desejo é atrelar as discussões acerca da história da infância, com a infância hoje na contemporaneidade, que já foi também discutida um pouco anteriormente, com ênfase a partir dos estudos de Müller e Hassen, (2009) e Postman (1999), que trouxe consigo suas provocativas palavras a cerca do desaparecimento da infância na sociedade atual.

Gostaria então de trazer Castro (2008) para conseguirmos dialogar com as idéias de Postman e ainda entender o que podemos assegurar para essa criança contemporânea no campo político, tendo já vislumbrado acima seus percursos históricos.

Castro (2008) também se debruça a discutir em um artigo feito diante de sua participação em uma mesa redonda com a temática a cerca da possibilidade do desaparecimento da infância.

Para elucidarmos as ideia tratadas neste texto, é necessário enfatizar a concordância da autora com o que trouxemos até aqui no sentido de que as fases de vida- a infância, a juventude e a adultez-, acrescentando os gêneros- homem e mulher- devem ser discutidos sob a ótica dos percursos sócio-históricos e que justamente por isso não são concepções estáticas, se alterando na medida em que os embates políticos, econômicos de diversas linhas de preocupes sociais.

Assim para a autora, as concepções de infância, modificam-se através do tempo.

Porém, e concomitante a estas modificações, necessita-se de novas ideologias, novas propostas, novos projetos de futuro e sem querer romantizar, de sonhos. O sonho é essencial para que a sociedade, o mundo, não se desmanche, para que exista sempre a renovação. E só um parênteses, o que o sistema do capital 'sonha' é justamente capturar nosso poder de sonhar, mormente o poder do sonho daqueles que mais tem habilidade para isso, que são as crianças. Por isso, também, trabalhar em cima destas, fazendo uma lavagem cerebral através do marketing é fundamental para a efetivação e manutenção do ideal de consumo mantenedor das vidas vazias que precisam ser preenchidas pela emoção do prazer da compra.

Nesse sentido é que temos uma nova infância surgindo, para além da pureza e inocência, onde predomina a racionalidade e o individualismo consequentes da 'sócio-educação', ilustremos essa transição com uma citação da autora:

> "Ulisses em Adorno, é o herói emblemático deste racionalismo que através da sua Odisséia- com dor e renúncia- precisa livrar-se dos preconceitos para ascender à sua verdadeira condição humana. Analogamente, na trajetória ontogenética, a criança só ascenderá ao real humano, ou seja, à racionalidade, à individualização, à autonomia por um processo de depuração de suas características ditas infantis. Para tal, se institucionalizam os processos de tutela, proteção e socialização necessários à consecução do Ulisses moderno." (CASTRO, 2008).

Assim, como na analogia acima, temos a criança e seu dia-a-dia, sua educação formal e informal objetivando a fuga da inocência e a conquista da razão. Ainda em Castro (2008), "Para a narrativa moderna determinou sua condição universal de despreparo e inocência, posto que num momento ulterior, frente às exigências da modernidade econômica, superado o infantil, se daria lugar ao adulto preparado para o domínio de si, do outro e da natureza".

Para tanto, Castro (2008) vai nos deixando a alusão de que a infância, se observada na perspectiva de Postman (1999) onde pelos diversos impasses que já trouxemos sobre as teorias do autor, a traz como categoria de características gerais, 'universalizadas' ainda dentro da perspectiva da inocência capturada pelo sistema, a resposta seria, sim, a infância morre, porém, quando a tratamos como fase de mutação, e que ela vai sendo re-caracterizada de

acordo com a sociedade e o sistema vigente, ela não morre, entretanto se transforma, modelando-se, morre uma infância, que é substituída por outra ou outras (Castro, 2008).

Acredito, que esta preocupação de pensar a morte da infância, surja, principalmente do medo, medo exatamente da conformidade mundial, medo da aquietação e da tranquilidade dentro deste sistema onde os seres acreditam estar em uma democracia libertária, quando na verdade, somos apenas marionetes sendo conduzidas a caminhos que de preferência não nos levem ao sofrimento. A infância, pensando nesta perspectiva, pode ser um agente ameaçador e desastrosamente gerador de fatores inéditos:

> "A infância, enquanto uma posição, permite a ampliação, a expansão, como também a transformação do instituído a partir de um outro ponto de vista diferente do adulto. Frequentemente, quando se pensa na infância, tende-se a percebê-la, usando uma expressão de Niklas Luhman como uma 'máquina trivial', ou seja, uma que transforma inputs em outputs sem qualquer função de transformação. Segundo Luhman, se as crianças fossem máquinas triviais, aprendendo apenas o que lhes é pautativamente apontado como correto, a espécie humana já teria sido eliminada há muito tempo". (CASTRO, 2008).

Ainda sobre a criança e sua infância na contemporaneidade, coexiste nesse meio outra possibilidade de pensá-la. A partir de estudos da autora, foram sendo levantadas outras possibilidades de ver a infância hoje: a partir da ótica do visual. Como o próprio nome diz, a partir deste órgão mesmo do sentido, é que começamos a criar novas hipóteses acerca desta infância. E é esta nova perspectiva que também quero lançar neste trabalho como mais uma consideração para que possamos pensar com abrangência o campo aqui que propomos estudar.

A autora coloca acerca de como a criança está parecendo cada vez mais nos meios urbanos, nas ruas, nos meios sociais do que comparado ao passado. E de como esta presença cada vez mais efetiva da criança vai gerando uma nova infância.

Esta infância transeunte, que sai dos espaços fechados da casa e da escola, passa a conviver com todas as mazelas que os cercam, e este contato próprio, faz com que ao verem, gerem em si posicionamentos originários das próprias interpretações que fazem diante do que é apresentado:

> "De qualquer forma, das inúmeras leituras que crianças e jovens podem fazer das desigualdades sociais, o que gostaria de enfatizar aqui é que estamos diante de uma outra infância, a que por força do des-enclausuramento das condições que a modernidade lhe impôs, nos espaços-tempo da escola e da família, constitui-se de outra forma inserindo-se de modo a resgatar uma cultura e uma vida em comum construída por todos e para todos." (CASTRO, 2008).

E é a diante desta citação e da reflexão que Manoel de Barros nos traz através do texto "Escova" que nos remete a esta infância contemporânea que viemos discutindo até aqui, desta criança que sai de seu estado puro e imaginário, de amplos devaneios e inicia, no lugar, a transição à uma infância contemporânea.

Com isso, me sentirei mais segura a iniciar a discussão política frente a esta infância contemporânea, diante desse mar de promessas e afirmações a cerca de uma liberdade "intrínseca" a tão desejada e vislumbrada sociedade democrática.

> **A infância – Escova**
>
> "Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso. No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão. Logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, mesmo que ainda bígrafos. Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha. Passava horas inteiras, dias inteiros fechado no quarto, trancado, a escovar palavras. Logo a turma perguntou: o que eu fazia o dia inteiro trancado naquele quarto? Eu respondi a eles, meio entresonhado, que eu estava escovando palavras. Eles acharam que eu não batia bem. Então eu joguei a escova fora". (BARROS).

Além de inúmeras outras reflexões que podem ser extraídas deste texto acima, e que considero de uma sensibilidade tamanha, este nos permite, pensarmos a cerca do campo político diante da juventude, mas especialmente, neste capítulo, a cerca da infância contemporânea.

Como vimos, existem várias considerações a cerca da temática originadas de diversos estudos, como mais presentemente aqui Postman (1999) e Castro (2008), em ambos os estudos pudemos ver que a criança vem conquistando, ou terceiros vem conquistando pra ela (por seus motivos mais pessoais) espaços dentro da sociedade, onde como Castro (2008) nos mostrou, inclusive através de seus estudos sobre o campo da visão, de como tem crescido a presença das crianças nos meios urbanos e de como estas possuem lugar já nos pensamentos e 'sonhos' do sistema capitalista.

Todavia, não sejamos ingênuos e passemos a observar exatamente o que vem acontecendo e unindo com o que explanamos até aqui.

A ideia de que a criança é possuidora de liberdade, de direitos e deveres, o surgimento do Estatuto das Crianças e dos Adolescentes (ECA), a possibilidade de ser um sujeito que

exige qualidade, que tem para si um mercado todo elaborado e que ainda possui escolas, (quase que uma totalidade) que promove o desenvolvimento da autonomia da criança (de forma hipócrita, ao menos nas escolas que tive acesso ao planejamento e verificação da prática do mesmo, que aliás, muitas vezes se repetia o mesmo texto por uma década).

É claro que todos esses fatores que citei acima foram, e é um grande avanço no olhar particular ao universo da criança em todos os seus aspectos (morais, sociais, econômicos e psicológicos) só que o que verificamos na prática e o que ouvimos em relatos são superficiais demais no quesito da práxis. Não obstante, como sabemos essa é uma falsa liberdade da criança extremamente mascarada porém, com possibilidades de elucidações.

Para começar, levanta-se a questão da representatividade. A criança não elege seus representantes, nem políticos, nem responsáveis legais e nem que estará no topo da hierarquia que sabemos (infelizmente) que existe dentro da unidade escolar que frequenta, e muito menos, tem voz diante das regras que permeiam estes meios. Mas elas nãos estão totalmente abandonadas, elas são, como dissemos, representadas, pelos adultos. Olhando bem, então está tudo começando a se contradizer? Se existe uma democracia, uma liberdade de escolha inclusive por parte das crianças, mas na verdade não é bem assim, elas são representadas, então começa a parecer um certo cinismo.

Como traz Castro (2008),

> "A noção de representatividade cumpre a função de organizar uma fala e uma vontade que não podem ter lugar no espaço público. No caso de crianças e jovens, é sua posição de menoridade jurídica que os coloca como sujeitos sem possibilidade de expressão política. Pelo fato de não terem voz política própria, seus interesses não estão adequadamente organizados e representados, a não ser de forma episódica por aqueles que assumem suas causas(Woodhead, 1990), assim como antes, alguns assumiram as causas das mulheres, dos analfabetos e de todos os segmentos sociais que não tinham voz política nas instâncias legitimadas do jogo político". (CASTRO, 2008, p.3).

Fazendo um breve panorama histórico desta questão da representatividade que consequentemente não se separa da historicidade dos direitos das crianças, veremos que, sim, trazer o ECA assim como todos os outros dizeres a cerca da liberdade e autonomia é sim, no contexto capitalista, contemporâneo, hipocrisia e cinismo, ficando, apenas, apesar de revolucionário (evolução de pensamento a partir do ECA) como meros instrumentos maquiadores para discursos partidários de cunho conservador.

Vamos então a breve linha histórica desses olhares para as crianças. De acordo com Giroto e Vieira em seus estudos a partir de Faleiros (2004) e Giaqueto (2006) é possível

discorrer alguns fatos históricos que nos ajudarão a desvelar a cerca da infância que temos hoje.

No período Colonial destaca-se a utilização da "Roda", instituição que recebe o nome de "Casa de Expostos", onde as crianças eram depositadas anonimamente em um cilindro nas santas casas. Isso acontecia naturalmente, já que não existia preocupação social alguma com as crianças na época. Essa instituição só foi extinta na década de 1950. Adiante, com a Abolição da Escravatura, o processo de saída das fazendas para as cidades foram intensas, já que livres, os ex-escravos podiam se "adaptar" ao meio urbano. Só que como sabemos, não houve essa adaptação decorrente da enorme marginalização sofrida nas cidades. O número de moradores de ruas e, sobretudo, meninos de ruas tornam-se abundantes. Com isso, o Estado se vê obrigado a intervir, assumindo então a responsabilidade pela situação. Com essa aderência de responsabilidades, a primeira medida é a criação de leis, surge aí, o Juízado de Menores com a finalidade principal, de enquadrar esses menores às atitudes coerentes com a sociedade vigente, obedecendo as regras sociais. O sistema era de extrema repressão e assistencialismo. Os menores de 14 anos não respondiam penalmente por seus atos infracionários, o que já não era o que acontecia com jovens de até 18 anos.

A continuidade vai sendo estabelecida. Com a Era Vargas, entre 1930 e 1945, o assistencialismo e a repressão permanecem, com uma pequena diferença de vertente no que tange as políticas sociais definidas na Constituição de 1934, artigo 138, trazido neste estudo.

Podemos ilustrar de forma clara o que se refere a opressão ainda estabelecida quando citamos a criação do Serviço Nacional de Assistência aos Menores (SAM), que devido à críticas ao descaso que se tinha frente as medidas sócio-educativas, principalmente críticas vindas da mídia e da Igreja Católica, transforma-se em Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), mais tarde virando a conhecida FEBEM, o que ainda, e de forma perversa tenta da forma mais medíocre sanar os "problemas sociais". Minimiza-se as internações características de outrora, porém, a responsabilidade que o Estado assume perante as crianças e os jovens caem por terra, já que demandam toda a culpa do que acontece, as famílias desse sujeito, havendo desta maneira, apenas agravantes nas condições de vidas desses menores desfavorecidos pela sociedade opressora alienada na efetivação de políticas públicas reais menos moralistas.

Na realidade, segundo as autoras, e acredito também nesta pontuação, que o primeiro progresso real surge com a Constituição de 1988 onde o artigo 227 prevê o também dever do Estado em assegurar os direitos à criança e o adolescente, deixando-os livre, inclusive de qualquer opressão. A Constituição se enfatiza e se complementa com o surgimento do

Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, em 1990, que como não podia ser diferente, surge de movimentos sociais reivindicatórios.

Como vimos, o histórico social, intrínseco ao legal da criança, não é algo promissor no que diz a seu direito a fala, no auge de sua dignidade, o máximo (que não é pouco) é o ECA, que se admite que não seja pouca coisa, aliás, consideramos uma grande conquista, porém, o Estatuto, ainda assim é a transcrição da voz do adulto, o que mais uma vez, assegura a impotência do infante.

Sabemos que nem sempre foi assim, e se revisarmos a história social da infância, veremos como mesmo já vimos, que na Idade Média, as crianças tinham seu lugar na sociedade, direito a fala e participação social, e que somente no século XVIII é que a criança aparecerá como esse ser infantil, surgindo o conceito de infância mais universalizado, necessitando da ajuda das instituições, para poder um dia, tornando-se um sujeito completo, possivelmente na adultez, estar apto a viver plenamente em sociedade.

> "A moratória infantil (o ainda não) faz com que a criança esteja sempre em lugar de objeto em um processo macrossocial encaminhado a uma futura sociedade ideal. Nos últimos anos, observamos um movimento no sentido de considerar a criança um sujeito portador dos direitos do homem. Entretanto, o desconhecimento das potencialidades sociais infantis- uma vez que estas nunca foram devidamente investigadas- gera uma ambiguidade e confusão sobre a competência da criança para exercer seus direitos com independência (Figueira, 1922). Esta ambiguidade aparece tanto nos países subdesenvolvidos como nos desenvolvidos. Nos primeiros, a ausência de uma educação pública e a forçosa entrada da criança no mercado de trabalho impedem que milhões de crianças adquiram a aprendizagem necessária para serem cidadãos de plenos direitos. Nos segundos, o longo período de escolarização, e como consequência, a dependência dos jovens de seus pais tende a destruir e asfixiar o potencial espontâneo, criativo e inovador de uma população infantil cada vez mais reduzida (Wintersberger, 1992)". (ANDRADE, 1998, p.5).

Com isso vamos construindo esta cultura da infância, ora com voz, no que tange os interesses econômicos de um Estado cada vez mais Mínimo, ora sem voz, necessitando ser representada pelos que não jovens e pelos que também não crianças, minorando cada vez mais seu papel como também construtor da história, abafando cada vez mais os pensamentos sem sentidos, torpes e fantasiosos. Implanta-se neste sujeito de sonho e devaneios a racionalidade, fria, lógica e necessária para a manutenção da calmaria insaturada no lócus, os desvalendo do seu próprio direito (garantido em lei, inclusive) de serem sujeitos, utilizando o ECA, e outros mecanismos que poderiam ser efetivamente brilhantes, como disse anteriormente, apenas como maquiagens. A cerca disso coloca Castro (2008) sobre o assunto:

> "Sujeitos da história são aqueles que, retrospectivamente, estariam descentrando a sociedade, recompondo seus vínculos, introduzindo transformações. Assim, não é exatamente pela outorga de direitos que crianças e jovens farão história, adentrando-se no cenário de lutas sociais e recomposição de vínculos societários, mesmo que esses direitos possam ajudar no processo de tornar esses atores mais evidentes para outros segmentos sócio-etários. Não é porque outorgamos direitos às crianças e jovens que podemos assumir uma boa consciência em relação a eles. Pelo contrário: são direitos delegados por outros, voz e expressão do outro, estratégia *necessária por um momento*, mas que demanda que se ultrapasse para que cada um possa se assumir como falante". (CASTRO, 2008, p.15).

É dentro deste panorama histórico que vamos criando cada vez mais, inclusive, confusões acerca das fases da vida. Não existe uma concepção exata, o que existe são concepções que divergem dependendo do momento histórico, das relações de poder exercidas, da economia do sistema vigente etc. Por isso a impressão de que a infância vem se extinguindo. O que vimos é que ela, a infância de características universalizadas vem se descaracterizando, dando cada vez mais espaço a uma infância-jovem. Discussão essa que nos atentaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A JUVENTUDE COMO MODELO IDEAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ao definirmos este tópico, pensamos além da continuidade do assunto discutido acima sobretudo, o encontro com as falas das crianças e dos jovens entrevistados os objetivos definidos neste trabalho.

Levantando uma discussão acerca da juventude, é necessário primeiro que a encontremos, para defini-la em seus momentos históricos. Discutir uma juventude, um ideal social, sem sua história, é agir exatamente como o sistema vigente gostaria: na superficialidade, no individualismo, nas falsas ideias de que o que importa é somente o hoje.

Para essa discussão, vamos dialogar com duas autoras, Abramo (1997) e Bock (2004), onde ambas autoras consideram que a juventude não é algo que deva ser naturalizado, pensado a partir de características universais, estritamente biológicas, mas, como introduzido acima, analisadas e conceituadas a parir de fatos históricos, processuais e não isoladamente.

Para entendermos melhor, encararemos a juventude como é dita hoje, para a partir disso, irmos desconstruindo essas concepções, que como veremos, são naturalizantes.

Quando pensamos em adolescentes, por exemplo, nos remete a imagem de sujeitos imaturos, inacabados, de definição difícil, afinal não são nem crianças nem adultos, porém, ora exige-se atitudes mais sensatas, ora repreendidos por quererem liberdade demais. Possuem características físicas e psicológicas que o caracterizam de forma singular. A marca da intensidade de sentimentos, de amor e ódio, da vontade de experimentar, de arriscar e desafiar, inclusive autoridades, porém ao mesmo tempo individualistas, rebeldes ‘aborrecentes’, chatos, carentes de atenção, necessidade ora de ser diferente de todos, excêntricos, ora iguais aqueles que estão em destaque de certa forma (mídia, guetos, grupos musicais, etc). O dicionário Aurélio (2000) nos traz por definição: O período da vida humana que começa com a puberdade e se caracteriza por mudanças corporais e psicológicas, entendendo-se aproximadamente, dos 12 aos 20 anos. A definição nos lembra das características físicas, que tão quanto, ou mais que as características psicológicas, apresentam a sociedade, visivelmente, que aquele sujeito ali, é um adolescente.

Quando temos dessa forma, o que nos remete, é que é uma fase etária complicada, de desafios, sobretudo aos familiares e professores, onde ‘é preciso ter paciência’, pois é inevitável, todos passaram por ela, justamente por ser algo ‘biológico’, mas também é

passageira, se 'soubermos acompanha-la' obteremos sucesso no desenvolvimento de um adulto 'socialmente saudável'.

Como podemos ver, a psicologia foi tornando a adolescência algo natural e esperado, porém o que as autoras, aliadas a seus estudos nos trazem, é que na verdade, tudo o que hoje é naturalizado, é na verdade algo significado pela sociedade. O que antes sim, era visto com algo natural e biológico, hoje já foi carregado de significados, e não o contrário:

> "Há muitas outras características que constituem a adolescência; além disso, as marcas corporais são significadas socialmente, não sendo tomadas no conceito de adolescência em si, como características do corpo e, portanto, naturais. Exemplo disso são os seios na menina e a formação muscular nos meninos. Sabemos que os seios e o desenvolvimento da massa muscular acontecem na mesma fase da adolescência, mas amenina que tem seus seios desenvolvendo não os vê, sente e significa como possibilidade de amamentar seus filhos no futuro, o que seria vê-los como naturais. Com certeza, em algum tempo ou cultura, isso já foi assim. Hoje, os seios tornam as meninas sedutoras e sensuais. Esse é o significado atribuído em nosso tempo. A força muscular dos meninos já foi significada como possibilidade de trabalhar, guerrear e caçar. Hoje é beleza, sensualidade e masculinidade". (BOCK, 2004, p.40).

Tudo é socialmente construído e definido segundo questões sociais de um governo vigente que possui interesses específicos decorrentes sempre de processos históricos. Para as autoras nenhuma concepção é tida no imediatismo. No estudo realizado por Bock no segundo semestre de 2001 e primeiro de 2002, ela nas trás considerações importantes justamente sobre as concepções de adolescente que os livros mais vendidos para pais e educadores trás, juntamente com as características da adolescência, as relações dos jovens com os adultos, as explicações da adolescência: gênese e finaliza com as regras e orientações que os autores desses livros tão vendidos fazem para os pais e professores de como 'lidarem' com esses sujeitos 'tão complicados'. O que ela conclui em sua pesquisa é que, como disse anteriormente, a juventude é algo na maioria das definições algo negativo, relacionado a incompletude do sujeito (onde a meu ver, pressupõe que o adulto, de forma prepotente e ignorante, seja um sujeito maduro e plenamente completo, acabado), a relações difíceis com adultos, tornando-se uma incógnita, justamente por naturalizá-la poupa-se esforços para estuda-la, e por fim, as recomendações mais frequentes são: a paciência, tolerância e compreensão, afinal além de ser uma fase inevitável, é passageira:

> "Concluindo, portanto, a adolescência, da forma apresentada nos textos, não tem gênese social, nenhuma das suas características é constituída nas relações sociais e na cultura. Assim, ao se pensar a problemática da adolescência nãos e toma qualquer questão social como referência. A falta de políticas para a juventude em nossa sociedade, a desqualificação e inadequação das atividades escolares para a cultura

> jovem, o sentimento de apropriação que os pais têm, em nossa sociedade, com relação aos filhos, as contradições vividas, a distância entre o mundo adulto e o mundo jovem, a impossibilidade de autonomia financeira dos jovens que ou não trabalham ou sustentam a família, nenhuma destas questões é tomada como elemento importante para compreender a forma como se apresenta a adolescência em nossa sociedade. As relações familiares são as únicas que aparecem nos textos e são fator de influência sobre a adolescência, mas não a constituem". (BOCK, 2004, p.38).

Além do mais, é perceptível, segundo a fala da autora "O jovem, apresentado nos textos, é das camadas de médio ou alto poder aquisitivo", o que nos leva a enfatizar, o fato de que as relações sociais e os fatores históricos são completamente desconsiderados, já que é universalizada as características atribuídas aos adolescentes ricos, levando-nos mais uma vez a perceber quanto é levado unicamente em conta os fatores psicológicos e físicos como aquilo que iguala todos os sujeitos que se encaixam nas mesmas faixas etárias. Vimos também, através dessa pesquisa, e ilustrado nesta citação, que, este pensamento, contextualizado nos moldes do capital da sociedade contemporânea, que pensar dessa maneira, discutir o assunto nessa superficialidade, e ainda, divulgar a uma grande massa populacional como guias práticos de ação, leva justamente ao conforto político, inibindo ações que fariam com que a exigência de se pensar e efetivar políticas para a juventude acontecesse. O jovem, assim como a criança, passam dessa forma apáticos perante a sociedade, a não ser quando de alguma maneira, ameaçam a tranquilidade e linearidade social, como mais adiante veremos na discussão de Abramo (1997).

Ainda conversando mais um pouco com Bock (2004), vemos uma perspectiva muito prudente que se atém, baseada em Leontiev. Onde vai nos iluminar a cerca de como os sujeitos se atém para a história, desenrolando-a e ainda internalizando-a, afinal, sabemos que os costumes e concepções de uma cultura não vem de uma herança genética, desvencilhando-nos ainda mais da ideia natural de naturalizar o jovem/adolescente, ou quiçá qualquer outra fase da vida;

> "O trabalho e a vida em sociedade são duas características da vida humana que vão permitir um salto de qualidade no desenvolvimento humano. O homem liberta-se de suas limitações biológicas para 'inventar' a condição humana. Queremos com isso frisar a ideia de que as habilidades e os comportamentos humanos, a partir daquele momento, não estavam mais previstos pelo código genético. Por isso dissemos que o homem não estava mais submetido às leis biológicas e sim a leis sócio-históricas". (BOCK, 2004, p.28).

E é por essa discussão, em direção ao trabalho, é que vamos seguindo, e nos justificando no que até então vem sendo trazido a cerca da construção de uma fase da vida pela história, e não unicamente pela biologia.

Leontiev (1978 apud Bock 2004), nos traz a idéia de que tudo aquilo que existe ação do homem, torna-se hominizado, como se suas ideais, seus pensamentos e suas subjetividades, se materializassem no concreto, no objeto, nos produtos. E que esses objetos carregados de significados, no decorrer dos tempos vão sendo transmitido, significados e re-significados pelos sujeitos, e ainda, que a linguagem, é um desses instrumentos onde existe a cristalização de signos, no caso, a materialização do pensamento. E é aí, nessa herança e construção diária, que os sujeitos, no caso deste capítulo, os jovens, vão sendo significados.

> "O homem não nasce, portanto, dotado das aptidões e habilidades históricas da humanidade, pois elas foram conquistadas e criadas. O homem nasce candidato a essa humanidade, humanidade esta que está no mundo material, cristalizada nos objetos, nas palavras e nos fenômenos da vida humana. Aqui se invertem, por completo, as visões tradicionais da psicologia, que supõem uma humanidade natural do homem. As características humanas e o mundo psicológico que estavam tomados na psicologia como um *a priori* do homem, como algo de sua natureza humana, surgem agora como aquisições da humanidade e precisam ser resgatadas do mundo material para que o mundo psicológico se desenvolva, se humanize". (BOCK, 2004, p.31).

Com isso, vamos nos aproximando de algumas considerações a respeito desta temática, com a educação propriamente dita. Vejamos, se o homem, como sabemos para desenvolver-se e desenvolver o espaço que vive, precisa primeiramente se apropriar dos significados culturalmente estabelecidos, dos signos e dos significados, para que possa desenvolver os mesmos e novos significados ao mundo, vemos na escola, o ambiente em que estes conhecimentos estão, ou deveriam estar, mais democratizados para que esse processo aconteça. Para esse pensamento, uma ilustração da própria fala de Leontiev, encontrada no artigo estudado aqui de Bock:

> "Quanto mais progride a humanidade, mais rica é a prática sócio-histórica acumulada por ela, mais cresce o papel específico da educação e mais complexa é sua tarefa. Razão por que toda a etapa nova do desenvolvimento da humanidade, bem como nos diferentes povos, apela forçosamente para uma nova etapa no desenvolvimento da educação: o tempo que a sociedade consagra à educação das gerações aumenta; criam-se estabelecimentos de ensino, a instrução toma formas especializadas, diferencia-se o trabalho do educador do professor; os programas de estudo enriquecem-se, os métodos pedagógicos se aperfeiçoam-se, desenvolve-se a ciência pedagógica. Esta relação entre o progresso histórico e o progresso da educação é tão estreita que se pode sem risco de errar julgar o nível geral do desenvolvimento do seu sistema educativo e inversamente". (BOCK, 2004, p.31).

Visto que, no entender desse processo lógico trazido por Bock, é de extrema urgência que se pare para pensar a respeito de que tipo de sistema educacional está proposto e instalado. É necessário ainda que se compreendam todos os percursos da história da criação da adolescência, assim como da infância, para que possamos compreender suas essências, assim como as reais necessidades da criança e do jovem de hoje, proporcionando na medida do possível um ambiente estimulador, envolvente, agradável e oportuno àqueles que frequentam esse locus, e que são, ou deveriam ser, o centro da educação e dos processos pedagógicos.

Com isso, então, existe uma necessidade real de compreender esse sujeito de forma completa, a partir da sua história, de como sua idade, transformou-se em uma fase denominada adolescência e/ou juventude.

Adélia Clímaco (1991) em Bock (2004) traz através de pesquisas realizadas alguns fatores sociais que vão dando espaço ao surgimento dessa fase de vida. Segundo a autora, havia muita mão de obra (adultos e jovens) para poucos empregos existentes. Devido a esse desemprego gerado, o jovem, que já possui aptidões físicas para atuar no mercado de trabalho, vai sendo obrigado a se distanciar desse universo, para que sobre assim vagas e espaço para os adultos ocuparem. Para resolver esse empasse, os adolescentes foram obrigados a permanecer mais tempo na escola, pois além de não terem uma função social definida, não terem emprego, este estava cada vez mais disputado, fazendo com que o grau de escolaridade fizesse a seleção daqueles que futuramente ocupariam as vagas livres. Em efeito,

> "Estavam dadas as condições para que se mantivessem as crianças mais tempo sob a tutela dos pais, sem ingressar no mercado de trabalho. Mantê-las na escola foi a solução. A extensão do período escolar o consequente distanciamento dos pais e da família, além da aproximação de um grupo de iguais, foram as consequências destas exigências sociais. A sociedade então assiste à criação de um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento- a juventude/adolescência". (BOCK, 2004, p.31).

Vejamos então o poder de um sistema vigente. O capitalismo, o ingresso no mercado de trabalho, teve a força tal, de conseguir, delimitar um determinado grupo de sujeitos e defini-los, colocando-os onde deveriam ficar, re-significando a vida dos mesmos, até hoje.

Passando então por essa abordagem, vamos agora conhecer, através de Abramo (1997) a tematização da juventude no decorrer de alguns trechos da história do Brasil.

Segundo a autora, são vários os mecanismos sociais que tratam da temática da juventude, e que esta no Brasil vem sendo cada vez mais discutida, e que cada um desses mecanismos, vem trata-la e conduzir suas idéias para o grande público de acordo com seus interesses pessoais e não necessariamente baseada em estudos mais aprofundados. Percebemos pela análise de Abramo, que em geral, as considerações que esses mecanismos fazem a cerca da juventude/adolescência, vem das abordagens naturalizadas que a psicologia faz, e que já abordamos anteriormente. Vamos a alguns exemplos trazidos no artigo estudado para nossa reflexão.

Os meios de comunicação de massa. Aproveitando de todos os aspectos, sobretudo os psicológicos apresentados sobre esta faixa etária, o mass media, tem por finalidade abraçar os ideais capitalistas e utilizar de toda sua criatividade e perspicácia para atingir os jovens, que se por alguns momentos são apáticos perante a sociedade, não possuindo um lugar muito definido, chegam a ser igualados aos adultos no quesito potencial para o consumo. Desde produtos personalizados, roupas, acessórios, até estilos de vida, como gostos musicais, maneiras de comportar-se, hobbies e chegam até mesmo a apresentar sempre ausente de criticidade, sempre numa velocidade atroz, a própria linguagem. Em geral, para a mídia, voltada ao consumo, o jovem, é sim, um sujeito aliado, visto de forma positiva. Não cabe aqui julgamento de valores, não estou em hipótese alguma afirmando ou negando que são negativos ou positivos os valores passados através da mídia, a crítica se faz na maneira com que tudo é transmitido e principalmente atendendo ao foco do trabalho que é ver como alguns mecanismos do sistema abordam o tema aqui trabalhado.

Um ponto contraditório dentro deste item, quando tratamos os meios de comunicação, é que não podemos esquecer que citar que, quando os jovens não são mais o foco do consumo pelas propagandas e programas de televisão em geral, por exemplo, os noticiários, sobretudo, voltam aquela mesma caracterização, da problematização negativa do jovem na e para a sociedade. Ele volta, nos "programas de adulto", como trás a autora, a ser alvo dos problemas sociais. É nessa maneira de televisionar e apresentar os problemas sociais nomeando-os de "adolescência" que colocasse grande 'panos quentes' na atuação política.

Outro lócus que acontece também a discussão acerca da adolescência/juventude são as universidades.

Abramo nos traz que, depois de muito tempo com ausência de discussão a respeito dos jovens, este toma seu lugar novamente, com ênfase nas dissertações de mestrado e teses de doutorado, a ainda que é recente considerar os jovens e suas falas e percepções dos próprios do mundo em que vivem.

Dentro da perspectiva das políticas públicas, é notável que, ainda segundo Abramo, que o Brasil, ao contrário de muitos outros países ainda carece de políticas específicas para esse grupo social, distintamente do das crianças. Os programas existentes no Brasil são levados apenas como medidas paliativas de contenção desse jovem. Acredito que ambos os modos de pensar a juventude- pela academia e pelas políticas públicas- vem desse histórico de desconsiderar os aspectos sócio-históricos buscando análise para definições contextualizadas.

Não obstante a isso, temos que:

> "Num outro plano, tem sido constante, embora não possamos dizer consistente, a preocupação de diferentes atores políticos com a juventude (partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais, alguns movimentos sociais). No entanto, trata-se mais de uma preocupação com a ausência dos jovens nos espaços e canais de participação política do que com questões políticas relativas a eles. Essa ausência diz respeito tanto à inexistência ou fraqueza de atores juvenis nas esferas políticas (ao contrário do que outrora foram as entidades estudantis e as juventudes partidárias), como à baixa adesão de jovens aos organismos e movimentos políticos". (ABRAMO, 1997, p.27).

É interessante notar que, com os mesmo interesses que no marketing, os atores das políticas públicas atuam. Ambos vêm os jovens como possíveis aliados, desde que comprem suas ideais e ideais, e em nenhum momento, os temos como sujeitos a serem pensados e atendidos socialmente. É claro que assim como o adolescente não é algo dado, esse desinteresse pela política não foi sempre assim. Os sujeitos assim como seus interesses foram sendo lapidados por esquemas e instituições aliadas no decorrer dos anos. Aliás, como bem coloca a autora, o tema da juventude só faz jus a atenção quando este "representa uma ameaça de ruptura da continuidade".

Nesta perspectiva, vamos traçar um panorama histórico entre as décadas que mais demarcaram algumas fases de caracterização do jovem até chegarmos no mesmo como é visto hoje.

Comecemos pelos anos 50. Nesta metade do século XX, temos a juventude como um sério problema social, contraditório ao mundo do adulto, que mesmo aqueles que estão trabalhando ou que pertencem a classe média, se aglutinam aos marginalizados enquanto características patológicas do ser adolescente/jovem. Com isso, existe uma preocupação desmedida em dirigir, gerenciar, conduzir, ou como traz Abramo, "pastorear" as ações jovens assim, para leva-los em direção a integração plena e horizontal do jovem na sociedade local.

Nas proximidades das décadas seguintes, 60 e 70, os jovens mais uma vez, carregam consigo a denotação de 'problema', porém neste momento, existem visões partidárias, as de esquerda, que vão olhar, por algum momento, como sendo algo positivo, o sujeito jovem,

principalmente por estes estarem atuando de forma mais crítica nos esquemas políticos conservadores e ditatoriais vigentes. Pode-se dizer que este período foi o de mais importância aos jovens, pois mesmo causando pânico a sociedade, uma vez que ameaçavam uma transformação social, obtiveram destaque positivo devido ao apoio de órgãos partidários esquerdistas conduzidos por uma ideologia que desse voz e respeitassem o jovem como sendo alguém a contribuir para com o seu espaço.

> "No Brasil, é particularmente neste momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, exatamente pelo engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e do engajamento nos partidos de esquerda; mas também pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento- sexuais, morais, na relação com a propriedade e o consumo. Vale a pena lembrar que tal medo gerou, aqui, respostas violentas de defesa dessa ordem: os jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos, tanto pelo comportamento (o uso de drogas, o modo de se vestir etc) como por suas idéias e ações políticas". (ABRAMO, 1997, p.31).

Porém, o que acontece, é que, ao mesmo tempo que, eram vistos como possibilidade de transformação social pelos partidos e ideologias esquerdistas, continuam sendo, ou começavam a serem vistos novamente por uma perspectiva negativa, inclusive por essas mesmas pessoas que outrora apoiava-os. Passam a ser vistos, por esses movimentos antagônicos ao sistema vigente, como 'pequenos burgueses inconsequentes' que atrapalhavam possíveis reais tentativas de reais transformações. Sem esse único apoio que detinham, o movimento vai caindo, perdendo forças, 'apatizando' a nova perspectiva de jovem:

> "Foi somente depois, quando tais movimentos juvenis já haviam entrado num refluxo, que a imagem dessa juventude dos anos 60 foi reelaborada e assimilada de uma forma positiva, generalizando a ótica da minoria que neles depositava diferentes tipos de esperança: a imagem dos jovens dos anos 60 plasmou-se como a de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social. Essa reelaboração positiva acabou, desse modo, por fixar assim um modelo ideal de juventude: transformando a rebeldia. O idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa categoria etária." (ABRAMO, 1997, p.31).

Caracterizada por intensos movimentos de expressão, que vão, se reprimindo decorrente da coesão social sofrida, a juventude chega à década de 80 "apática, individualista, consumista e conservadora". Novamente os aspectos negativos vão emergir, ou re-emergir. Essa indiferença frente as questões culturais e políticas, faz com que as pessoas se indignem mais ainda, afinal a juventude tinha tomado pra si o papel de refugar aquilo que estava acontecendo no país, e isso não mais acontecia.

> "O problema relativo à juventude passa então a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social: o individualismo, o conservadorismo moral, o pragmatismo, a falta de idealismo e de compromisso político são vistos como problemas para a possibilidade de mudar ou mesmo de corrigir as tendências negativas do sistema. Tematizada por aqueles que fizeram parte da geração dos anos 60 e 70, a juventude aparece aqui como depositária de um certo medo relativo ao "fim da História", uma vez que nega seu papel como fonte de mudança". (ABRAMO, 1997, p. 31).

É por essa herança histórica de hoje, em algumas instituições escolares, ou mesmo na publicidade, existe o slogan de que é preciso cuidar das "nossas crianças e nossos jovens, pois eles são o futuro do nosso país". Nessa frase além de mais uma vez podermos discutir a questão da necessidade de contextualizar o sujeito em sua história e não simplesmente naturaliza-lo como de costume, acreditando que somos seres estritamente biológicos, como também abre-se um leque para discussão do comodismo do adulto, do seu humano em geral, perante sua inércia de não agir, e sim esperar que o novo, o outro o faça em seu lugar.

Nos anos 90, têm-se a retomada das características atribuídas aos jovens nos anos 50, aparecem "as figuras juvenis nas ruas", porém não mais no sentido de outrora, onde, os jovens iam pra ruas motivados politicamente para lutar contra ideologias contrárias a que permeava os rumores sociais, ao contrário, agora, desmotivados e sem apoio, inicia-se novamente, uma juventude individualista, violenta e imersa em anomia: "meninos de rua, arrastões, surf ferroviário, as gangues, galeras, atos de puro vandalismo".

A autora traz essa discussão baseada em características sociais de puro "hedonismo", ou seja, segundo o dicionário Aurélio (2000) significa: "Tendência a considerar que o prazer individual e imediato é a finalidade da vida".

O que temos então são pessoas, sujeitos, que vão sendo modulados, desenvolvidos perante uma identidade histórica.

E o que nossa história vai nos dizer não só dos jovens, mas das pessoas em geral?

Percebemos hoje a existência de uma sede mundial de liberdade, as pessoas de modo geral tem sede de viver a vida, a gana em ser feliz gera a uma busca desenfreada de subsídios que façam com que a satisfação interior, um possível vazio seja preenchido.

> "Esta produção de sujeitos instáveis, insaciáveis, eternamente em busca do prazer, está em perfeita consonância com o mundo do novo capitalismo de mercado. Essa nova forma de capitalismo age através de mecanismos muito sutis, bem menos constrangedores que aqueles da modernidade, da sociedade disciplinar analisada por Foucault (1984) em *Vigiar e Punir*. Esses novos mecanismos não são nem punitivos nem onerosos no ofício de se garantirem. Trata-se de capturar desejos,

> transformando-os em necessidades de consumir objetos. Hoje não se trata mais de opor-se às instituições- opor-se à escola, aos pais, à direção, à autoridade, enfim- para tentar questioná-las, como nos discursos críticos dos anos sessenta e setenta. Trata-se de esvaziar o lugar mesmo da autoridade, da direção, da diferença. A horizontalidade em todas As relações elimina os obstáculos, eliminando assim tudo aquilo que poderia servir de entrave à livre circulação do mundo das mercadorias. Não há que governar, apenas gerir, pois que, numa sociedade de iguais, cabe apenas a gestão das relações." (SZAPIRO e RESENDE, 2010, p.45).

Essa belíssima citação, essencial a discussão não somente deste capítulo como a todo trabalho aqui desenvolvido, nos traz algumas considerações pertinentes e desafiadoras ao pensamento no sentido de levar-nos neste caso específico a pensar além das instituições escolares, mas a pensar novamente a infância e processualmente a juventude construída hoje. Retomaremos novamente, pela relevância da reflexão que este trecho do artigo de SZAPIRO e RESENDE (2010) para refletirmos a cerca das entrevistas, sobretudo, na primeira parte, onde conversamos com as crianças. Por enquanto, nos fixaremos a temática da juventude, como propõem este capítulo.

Sabemos hoje, que nos encontramos permeados por ideais neo-liberais, em uma política de Estado Mínimo, onde a regência está nas mãos do mercado, é ele que passa a gerir nossa vida, que "reinventa leis", não necessariamente as constitucionais, mas aquelas que conduzem nosso dia-a-dia, as ações peculiares e as escolhas mais pessoais SAZPIRO e RESENDE (2010).

Dentro desta perspectiva onde o mercado ilusoriamente nos da a sensação do direito de escolha, onde todos podem consumir tudo (aqueles que tiverem dinheiro, claro) o que nos é apresentado é a falsa idéia de que somos livres quando podemos consumir. E o consumo está ligado a ideia de reinvenção, de modernização, de tecnologias e porque não de estilos de vidas mais atualizados.

> "O surgimento de um novo sujeito, pós-moderno (Dufor, 2005), constitui-se em conformidade com os princípios de pensamento liberal que a partir da segunda metade do século XX, passaram a dominar as relações econômicas das sociedades ocidentais, e também a economia das subjetividades. De certa forma, podemos dizer que o sujeito pós-moderno se constitui na transposição do modelo liberal vitorioso até então na economia. A crença de autorregulação do mercado produziu crença similar nas subjetividades: haveria nos sujeitos uma faculdade de autorregulação, prescindindo, portanto, de qualquer mecanismo de regulação coletivo. Ao sujeito, toda a liberdade, sem restrições, pois ele mesmo, como o mercado, será capaz de autorregular-se, de modo a continuar a fazer sociedade. Essa lógica tem tornando as sociedades 'doentes' de individualismo". (SZAPIRO e RESENDE, 2010, p.44).

Dentro desta ótica é que começamos a enxergar o lugar da juventude na sociedade contemporânea.

Quando criança ainda, em teoria, existe o predomínio de influencias de terceiros em seu poder decisório e de escolha, onde geralmente quem escolhe pela criança é, ou seu responsável (família) ou a escola a que pertence. Ambas as instituições construídas e regidas pela lógica liberal possuem regras rigorosas cuidando para que a ordem sempre estabeleça. O maior problema a meu ver, é quando isso acontece inconscientemente, ou seja, as pessoas agem quase que mecanicamente normatizando coisas sem ao menos saber que se está fazendo. Aí entraríamos em uma longa discussão a cerca da alienação pelo sistema vigente, o que julgo importante, porém, fugiria dos objetivos primeiros do trabalho. Com isso o que vai sendo construído é um sujeito 'en-formado' apto a viver em sociedade.

> "A ideia de juventude hoje apresenta características muito particulares, que podemos associar à condição pós-moderna. Assim é que para muitos jovens, marcados pelo pensamento liberal, o presente é o que importa. O futuro vai sendo tecido dia após dia, sem grandes planos ou objetivos de longo prazo de vida. Como indivíduos autônomos e livres, suas ações parecem ser determinadas apenas tendo como objetivo maior a maximização de um estado de prazer. O desprazer passou a ser percebido como uma circunstância a ser eliminada, pois não deveria fazer parte da vida". (SZAPIRO e RESENDE, 2010, p.45).

Existe um ponto muito interessante dentro desta discussão a cerca da liberdade quando estamos nos tratando de uma juventude que se caracteriza por viver em condições precárias socialmente e economicamente falando. Quando fui realizar as entrevistas na escola periférica da cidade de Leme, conversamos com quatro jovens matriculados e assiduamente frequentadores do curso de EJA das primeiras séries do Ensino Fundamental Ciclo I, todos, durante a conversa, viam na escola o lugar que propiciaria a eles a liberdade que tanto anseiam. Era um dia de muito frio, o termômetro marcava em torno de 5º C, na última semana de aula, e felizmente estavam lá, com entusiasmo, buscando na escola a oportunidade que não tiveram regularmente, como as crianças da entrevista, por exemplo, estavam tendo. O prazer tão ansiado ia muito além da superficialidade que os meios midiáticos traziam, tinham consciência de que precisavam de mais, para alcançar seus objetivos.

Esses fatores tem uma lógica política para acontecer, como vimos anteriormente, em destaque nas discussões que Bock (2004) nos traz, pudemos perceber o descaso político, forjado pela equidade consumista e pela visão naturalizante do sujeito, e quais são as consequências dessa falta de atenção. Vale colocar aqui, um trecho da fala de Bock (2004).

> "Nossa cultura valoriza o adulto produtivo. Desvaloriza todas as outras fases da vida: a infância, a velhice e a adolescência, tomadas como fases improdutivas para a sociedade, por isso desvalorizadas. A visão naturalizadora reforça esses valores, ao tomar o desenvolvimento como referência(...) não ajuda a construir projetos educacionais adequados para manter os jovens na escola, não ajuda a inserir os

> jovens nos grupos a nas instituições que têm como vocação o debate sobre a juventude. Enfim, a visão naturalizante da adolescência é mais que uma visão a qual acoberta as determinações sociais; é uma visão que impede a construção de uma política social adequada para que os jovens possam inserir-se na sociedade como parceiros sociais fortes, criativos, cheios de projetos de futuro". (BOCK, 2004, p.39).

Porém, ao ressaltar esta questão, não nos foge dentro dos vários fatores que levam a jovens e adultos frequentarem um curso noturno completamente distante da idade propícia do ensino regular, a temática deste capítulo e a citação primeira do mesmo.

Essa falsa "horizontalidade" que o sistema propõe para assim concluir de forma amena os objetivos mercadológicos leva a todos a falsa ideia de igualdade social e paulatinamente e paralelamente nos fazendo crer nas suas ideologias de sustentabilidade econômica. Todos são iguais na sua competência de consumidores, o mercado está aberto para todos.

Esse ideal do ser jovem que esta vigência social nos propõe, do consumo desenfreado em busca do belo e do novo, para somente assim ser observado (afinal, ser notado é essencial) aglutinado a esta falsa ideia de equidade do capitalismo mascara os problemas sociais, que como dito, nos anos sessenta e setenta eram desvelados e anunciados, para somente então poder ser na coletividade, discutidos e combatidos. Dentro desse contexto, onde a lógica consegue mascarar a desigualdade social, calar as pessoas com suas falsas falas (oras tão sutis, que podem ser silenciosas, apenas sentidas e vividas dia-a-dia) e somado a esse preparo territorial, temos o consumo como carro chefe, levando consigo a ideia e a "ordem" de renovar.

É importante fazermos as devidas relações, e não ficarmos presos neste momento a ideia de que renovar seja ligada aos aspectos meramente materiais, ao contrário, para que se chegue a renovação da materialidade, antes existe a necessidade do novo acontecer internamente. A diferença é que a beleza do novo, da renovação que outrora existia, a ligação da jovialidade com aquele que renova o ultrapassado, que busca se atentar aos fatos, e buscar forças para dentro de perspectivas quiçá, anárquicas, lutar de acordo com ideais de revolução social, adversos a opressão, como os anos já citados sessenta e setenta, são substituídos por uma renovação alienada, vazia. Observar os fatos historicamente se tornou hipotético e desnecessário. A luta deixa de ser ideológica, e passa a ser superficialmente cronológica, porém, como vimos anteriormente, não ao acaso.

> "Ao contrário de quando a fase adulta era um modelo desejado, hoje se manter jovem transformou-se em um ideal de existência (Gauchet, 2004; Bozon, 2004).

> Manter-se jovem é essencialmente não se fixar, não se alienar no já realizado que já é, de imediato, passado. Manter-se jovem demanda a construção de um 'eu' de caráter provisório, como assinalamos. O ideal é ser o menos adulto possível, explorar as vantagens e evitar inconvenientes, mudar de emprego com frequência e sem dificuldades, manter relacionamentos amorosos apenas enquanto ambos os parceiros acharem que estão felizes. A idade adulta não só não mais se apresenta como um lugar que se se ambiciona ocupar como, ao contrário, pode significar um mal-estar: a saída, a perda da juventude. Essa reinvenção, vale reafirmar, não se faz sem custos psíquicos importantes. Em resumo: a juventude deixa de ser uma etapa da vida para tornar-se um ideal a conservar" (SZAPIRO e RESENDE, 2010, p.47).

Esse querer ser e permanecer jovem trás consigo embasamentos alienantes que se traduzem ora em desejos estéticos, sensação de falsa-liberdade para resultar numa constante busca de felicidade, que nada mais é que a tentativa absurda de preencher o vazio ocasionado por uma ânsia em ser, em sentir tudo aquilo que a sociedade opressora do Estado-Mínimo e seus ideais de manutenção geram. Ligados a isso, é que teremos alguns pressupostos de como esse ideal de juventude se liga intrinsicamente a juventude pobre que nos deparamos nas entrevistas realizadas:

> "Dado que a juventude não mais representa um momento de transição da infância para a idade adulta. Como definia o antigo conceito de adolescência, assistimos hoje, nas sociedades ocidentais contemporâneas, a um acontecimento de expressão civilizacional (Gauchet, 2004), que é o desaparecimento da revolta e da luta juvenil. Motivos de frustração associados à dependência e à luta por ideais opostas às gerações anteriores, que tanto incitavam os comportamentos dos jovens de outrora, hoje estão desaparecendo". (SZAPIRO e RESENDE, 2010, p.47).

Com todas essas transformações, vai acontecer outra, dentro da casa do próprio jovem, juntamente com seus responsáveis. Estes fatos trazidos até então, vai gerar como veremos, a perda da tutela de forma precoce por parte dos pais e responsáveis desse sujeito. A ânsia pela liberdade e pelo novo trará outros nortes à vida.

CAPÍTULO 3

A TUTELA DOS PAIS (FAMÍLIA) PERANTE AS CRIANÇAS E JOVENS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

Toda essa discussão trazida até aqui a cerca da perspectiva das crianças e dos jovens em seus respectivos trajetos históricos vão juntos delineando esta discussão proposta neste capítulo referente aos moldes de família na contemporaneidade, ou seja, analisar quais as relações existentes entre as mudanças de concepções e do sentimento de infância e juventude e as possibilidades de mudança nas estruturas familiares, ou quiçá o contrário, qual a relação existente entre a família contemporânea e o surgimento das novas infância e juventudes.

Acreditamos que assim como a infância e a adolescência a família também é feita, construída dentro de uma história interligada a fatores econômicos e políticos. Assim como qualquer instituição que envolve seres humanos como sujeitos constituidores- escola, por exemplo- a família não é estática, se 'movimenta' conforme o ritmo regido pelo sistema. O próprio dicionário traz em suas definições algumas variedades, o que acaba por ilustrar o que acabamos de falar a respeito dessa movimentação. Vejamo-las então: **"1**. Pessoas aparentadas que vivem na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. **2**. Pessoas do mesmo sangue. **3**. Origem, ascendência. **4. Família Elementar**. A que é constituída pelo casal e seus filhos; família nuclear; etc."

Desde a Idade Média até os dias de hoje a família vem sendo regida por mudanças processuais, deslocando seus papéis nas vidas de seus membros como na sociedade em geral. Isso se deve ao mútuo relacionamento que coexiste entre as relações de dentro de uma casa, um lar, com o seu exterior. Antes do período da industrialização as casas eram habitadas por muitas pessoas, conforme diz Tozoni-Reis (2002) apud Furlan (2003), "a família era constituída por agrupamentos de 40 e até mais de 200 pessoas. A vida familiar era mais pública do que privada".

Segundo Itaboraí (2005) é a história que definirá as funções da família, que assim constituirá sua definição.

Sendo assim, traçaremos um pequeno panorama a cerca da história da família a partir de, primeiramente, estudos de Itaboraí (2005) e Furlan (2003). As funções da família perpassam pelos campos da política, econômicas, sociais, biológicas e culturais.

No Brasil Colônia, era enfatizado que a função principal da família fosse aquela ligada a função de proliferação. O incentivo a natalidade era enfático. O Estado por sua vez toma

para si as funções que tange mais a política, tendo sobre os lares, sobretudo os das camadas populares alto poder de controle (ITABORÁI,).

Apesar da existência da regulação do Estado perante a família, o primeiro não valorizava e nem preocupava-se com as reais necessidades que se tinha de fato. Devido ao fato de haver intervenção do Estado somente no que tange ao estímulo ao aumento da prole e não haver respaldo algum quanto as necessidades que essas famílias possuem tendo cada vez mais filhos, resultará em alta mortalidade e a exacerbada utilização Roda dos Expostos já explanada anteriormente (ver página 29) e mesmo parecendo irônico, a única ajuda, apoio e oferta que vinha do poder público para as famílias mais pobres era a garantia da existência dessas Casas de Expostos (ITABORÁI,).

Outra proposta política para com essas famílias abandonadas e desfavorecidas foi, a ênfase na questão da higiene.

Vamos neste período analisando como, aparentemente de forma sutil, o sistema político vai moldando a estrutura familiar. Com este descaso do poder público, o que era promovido seria o desapego necessário para com os próprios filhos, já que agiam maquiavelicamente em dois sentidos, ao mesmo tempo que o incentivo a multiplicação da prole era forte, na mesma proporção, a garantia de uma vida saudável a essa mesma prole era inerte.

Em Itaboraí (2005) apud Fonseca (2001) nos revela que diferentemente dos tempos de colônia, nos anos 30 havia uma desmedida preocupação com a população nacional aqui no Brasil. Segundo a autora, a formação da família era de suma importância para a construção da identidade do país. O sentimento de nação é realçado, porém, ao mesmo tempo em que coexiste uma relação de proteção aos brasileiros e, sobretudo a preocupação com a construção de uma cultura e raça aprimoradas, surge o sentimento de forte eugenia, tendo uma preocupação perante aqueles que não estavam contribuindo de certa maneira com a realização do ideal de uma padronização da nação.

Em um segundo momento, o foco do Estado deixa de ser para com os imigrantes e começa a preocupar-se com os nativos. O objetivo dessa preocupação seria o de educar uma população saudável refletindo isto como a cara de um país idealizado pelo sistema. Algumas mudanças vão sendo delineadas como vai nos apontando a autora: os lares de outrora que antes eram compostos por até 200 pessoas, passa a ser incentivado a redução desse número. Para que aconteça essa redução do número de moradores de cada residência, acorda-se que o preço das moradias seriam reduzidos afim de permitir que com a diminuição dos habitantes por casa seja incentivado um ambiente saudável apara criação dos filhos, diferentemente de

cortiços e de quartos habitados por vários que além de não permitir privacidade, tudo era explicito a todos, inclusive as crianças, o que passa a ser julgado negativo.

Além disso, um fator extremamente positivo a meu ver, que contribui também para que os pais dessem um primeiro passo a amar seus filhos, apegar-se e idealizar uma boa vida para os mesmos, é que diferentemente do que acontecia antigamente, o casamento passou a ser visto como algo que deveria acontecer se os conjugues estivesses de acordo, a vontade, sobretudo porque, como hoje em dia, foi possibilitado que de maneira livre os noivos se escolhessem, construindo uma família no ideal do amor, e o melhor, casamentos indesejados eram proibidos por lei. Juntamente a este fato, acrescenta-se o apoio a realização de exames pré-nupciais. (ITABORAÍ, 2005, p.6).

Acontece neste momento de exacerbada preocupação com a solidez familiar na idealização de geração de "proles saudáveis". Desta maneira algumas diferenças de direitos são estabelecidas entre família que eram constituídas por um casal com filhos, e as que não os tinha. (ITABORAÍ, 2005).

Neste processo se fará uma diferenciação entre os gêneros no que se relaciona a escolarização: enquanto o foco do homem era o aprendizado que de alguma forma poderia culminar em renda para sua família, a escolarização da mulher era restrita a participar de aulas que tinha a verticalidade de apresentar apenas os serviços domésticos, garantindo assim, que a mulher conduziria o lar de forma saudável assim como a criação de seus filhos. (ITABORAÍ, 2005).

Antes de iniciarmos falas a cerca da autoridade ou tutela dos pais, colocarei uma breve citação que nos trará em resumo como era essa autoridade na família em uma perspectiva histórica, que se torna extremamente importante no sentido de mostrar as características herdadas pelas famílias atuais:

> "O século XX foi cenário de grandes transformações na estrutura da família. Ainda hoje, porém, observamos algumas marcas deixadas pelas suas origens. Da família romana, por exemplo, temos a autoridade do chefe da família, onde a submissão da esposa e dos filhos ao pai confere ao homem papel de chefe. Da família medieval perpetua-se o caráter sacramental do casamento originado no século XVI. Da cultura portuguesa, temos a solidariedade, o sentimento de sensível ligação afetiva, abnegação e desprendimento". (RIGONATTI, 2003 apud SIMIONATO e OLIVEIRA, 2003, p.60).

Segundo as autoras, as famílias tem a característica de ser mais influenciável do que influente, e que no século XIX, com o movimento higienista, ela vem perder a capacidade de cuidar

daquilo que tange a saúde e a educação dos componentes de sua família. Torna-se então, muito dependente e submissa dos profissionais das áreas correspondentes.

Somado a este movimento, com o passar do tempo, esta situação de dependência só irá se intensificar.

Na década de 60, com o número crescente de divórcios e o enfraquecimento do poder religioso sobre a vontade dos casais que, mesmo se estivessem infelizes, deveriam ficar juntos, guiados por filosofias católicas, dará origem a situações antes impensáveis, situações estas regidas pela filosofia do bem-estar e do prazer, situações estas por não serem costumeiras e por isso ainda não solidificadas desestabiliza de alguma forma a base forte familiar centrada em valores costumeiros e certos:

> "A partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas 'produções independentes' tornam-se mais frequentes; e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos". (SIMIONATO e OLIVEIRA, 2003, p.60).

Chegando em 1970, começa a existir uma pequena crise, a meu olhar acerca da tutela de seus pais para com seus filhos, esta pequena crise, auxiliará, de forma coesa, o sistema do capital, do mercado na contemporaneidade a essa possível perda de tutela dos familiares perante seus filhos. E é nesta discussão acerca dessa crise que seguiremos a falar.

Podemos perceber que para refletirmos sobre a tutela das famílias perante seus filhos, faz-se necessário, além de compreendermos a infância e a adolescência na contemporaneidade, como tentamos fazer acima, entender quais "forças" agem sobre ela delineando as ações que vão acontecendo em seu interior.

Setton (2002) propôs estudar a cerca, entre outras coisas, a interdependência da família, a escola e a mídia no mundo contemporâneo. Segundo a autora

> "São instituições constituídas por sujeitos em intensa e contínua interdependência entre si e, portanto, não podem ser vistas como estruturas que pressionam umas às outras, mas instâncias constituídas por agentes que se pressionam mutuamente no jogo simbólico da socialização". (SETTON, 2002, p.110).

Para a autora, assim como viemos afirmar em todo o trabalho, a família é uma instituição social modelada e possivelmente modeladora. A partir desta fala, é que nos retornaremos a estudar os vieses da família sob uma perspectiva sócio-política onde,

poderemos agora, a partir do pensamento de Setton, dialogar as escritas aqui feitas, com as relações traçadas pela autora buscando nos precaver a cerca dos joguetes simbólicos referidos pela autora.

Com este pensamento em mente é que reiniciaremos a perspectiva histórica a respeito da família, porém enfatizando agora, a partir ainda de Itaboraí (2005) o que Setton (2002), afirma sobre algumas das instituições, assim como as ações políticas, que influenciaram e auxiliaram na modelagem da família.

Itaboraí (2005) nos assegura que cada vez mais as políticas públicas vêm através da conquista de direitos auxiliando em questões que tangem a família, e ainda, que pode ser considerada uma consequência. Ora, se há mudança no que tange a jurisprudência, existem por trás mudanças sociais, e que estas é que impulsionaram as ações que resultam na conquista de determinados direitos.

É evidente que quaisquer mudanças na sociedade e ainda a existência de qualquer direito que possa haver, não foram conquistas imediatas, e como mais uma vez, tudo aquilo que dissemos até então, acaba por se repetir: não existe acontecimento relâmpago, tudo é resultante de uma história, impregnada interesses, valores morais, etc.

Nos séculos XVI e XVIII, ainda era comum e convencional que os casamentos fossem existentes de acordo com as vontades e desejos do reino, nos moldes do Concílio de Trento onde o concubinato era algo costumeiro:

> "Um sacramento celebrado por um sacerdote e precedido de investigação de impedimentos; além do concubinato, que abrangia sobretudo as camadas baixas (escravas, índias, brancas pobres), seja devido às dificuldades e custos para realizar o casamento na forma tridentina ou à precariedade das condições de vida." (ITABORAÍ, 2005, p.8).

É a partir do Império apenas que a Igreja, onde ainda o sexo era visto como pecado se realizado para outros fins que não a procriação, deixa de ser o principal regulador dos matrimônios, fazendo com que agora, os noivos deixam de ser os coadjuvantes de suas vidas, podendo através da minimização do poder também do pai, escolher livremente seu par matrimonial.

Como já afirmado por mim anteriormente, vejo como um avanço esta expressão de liberdade concedida pelo Império no sentido de estimular uma vida mais satisfatória aos sujeitos sociais, porém, não posso deixar de colocar aqui, que o capítulo se tratando de tutela de pais, uma possível perda precoce desta tutela pela contemporaneidade, possa ter como

origens primeiras até chegar aos demais fatores que discutiremos mais adiante, seja a abertura e o desprendimento que o Império proporciona aos conjugues no sentido do sentimento de independência dos filhos sob as vontades do patriarca.

Em 1831 a maioridade legal passa a acontecer mais cedo, aos 21 anos, menos quatro anos da lei anterior, o que gerará ao jovem legalmente sua liberdade perante as vontades da família e da Igreja. Ainda, privilegiando a respaldando a união com satisfação garantida perante os casais, em 1977, é conquistado o direito ao divórcio.

Percebemos que o Estado vem privilegiando de certa forma a harmonia entre os casais, facilitando a saída de qualquer impasse indesejado dentro do casamento, inclusive com garantias legais. Claro, que foram conquistas maravilhosas. Porém seria simplesmente caridade dos governantes? Ou, já neste momento, mesmo que indiretamente já inicia uma forte aliança entre Estado e mercado para com a família? Penso que o Estado começa aqui a preparar o seu povo as condutas regidas pelo capitalismo, da intolerância, das coisas efêmeras e da busca pelo prazer imediato, apressado? Vamos sempre recapitulando acerca da citação de Setton (2002) quando esta fala da interligação entre as instituições e sobre os jogos simbólicos na sociedade.

Com isso, vai se alterando as relações familiares. O pensar a cerca dos filhos- quando ainda menores de idade- começam a ser repensados, e mais, passam a serem cada vez mais responsabilidades do Estado e menos pertences da própria família. Afinal anteriormente:

> "As crianças só eram interesse de Estado, na medida em que as famílias falhassem em sua função socializadora. Em que medida isso persiste? Mioto (2004) mostra que o Estado não atua apoiando as famílias em seu cotidiano, mas apenas em situações emergenciais. As diferenças por classe também aparecem na atuação dos profissionais de assistência social, uma vez que as famílias de camada baixa têm mais chances de sofres intervenções e ter sua privacidade invadida do que as famílias de estratos altos, sem contar os rótulos que variam por classe." (ITABORAÍ, 2005, p.9).

Sposito e Corochano (2005) ao fazer uma pesquisa sobre programas sociais do governo, hoje na contemporaneidade, se atentam para esta discussão que estamos trazendo sobre esta passagem de responsabilidade ao Estado e salienta a importância de não criarmos idéias ingênuas de que o Estado é caridoso ao favorecer as camadas populares com projetos e bolsas para contribuir com os pobres. Ao contrário, além de não oferecer uma base digna a essas pessoas, cria-se nestas famílias uma total dependência para com o Estado, por vezes até criando a ilusão de que ao receber um determinado valor de dinheiro o governo é positivo. "Os programas por serem focalizados, atingem um segmento de jovens que vivem em

territórios destituídos de serviços básicos, predominando uma quase absoluta ausência do Poder Público". (SPOSITO e COROCHANO, 2005, p.165).

Observemos a contradição, aumenta-se a preocupação com o bem estar social e ao mesmo tempo nenhuma medida efetiva é tomada a não ser as provisórias que apesar do auxílio imediato, importante para suprir as diversas carências, acabam que de provisória não tendo nada, elas perpetuam, e como diz o ditado popular, "acabam tampando o sol com a peneira".

Não torna-se desconhecida a importância da família perante os menores, porém esta importância, vai pouco a pouco tornando-se impotente frente a tantas regras sociais para com seus filhos. Vemos os frutos positivos dessas ações, como por exemplo, a proteção a criança contra violência doméstica. Sobre os menores:

> "Eles são percebidos como sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e merecedoras de prioridade absoluta. Desta forma, substitui a doutrina da 'situação irregular' pela doutrina da proteção integral. Reconhece-se que as crianças são responsabilidade dos pais, da comunidade e do Estado." (ITABORAÍ, 2005, p.9).

Na Constituição de 1988, será contemplado o "Planejamento Familiar", onde no artigo 226 diz,

> "Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para que o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas" (BRASIL, 1997: 137 apud ITABORAÍ, 2005, p.12).

A lei como podemos ver, tem forte influência em modelar as famílias, afinal, contemplando a sociedade com uma lei dessas, é provável que com o Planejamento Familiar os casais venham a ter os filhos quando estiverem economicamente e psicologicamente preparados, porém, a efetivação da lei e a não efetivação da mesma é um fator que também terá grande efeito sobre a estrutura interna da casa. Ou seja, as ações humanas e ausência das mesmas são extremamente reguladoras perante as famílias, fazendo com que, não havendo ação para efetivação da lei, sua efetividade é reduzida. As intenções por traz tanto das leis quanto dos recursos para sua execução, são um dos fatores que embasarão a discussão sobre uma hipótese de perda precoce de tutela dos pais perante seus filhos na contemporaneidade.

É importante declararmos uma temática recente que a autora traz acerca dos homens e seus papéis diante dos seus filhos estudados a partir dos anos 80. Que irá ainda, mostrar a intervenção do Estado no sentido que interage diretamente com as famílias, a hierarquia de dentro de uma casa, a criação dos filhos.

> "Por enquanto, as mudanças manifestam-se mais nas atitudes (pró-igualitárias) que nos comportamentos, ainda grandemente influenciados pelos parâmetros tradicionais. Como nos mostram os países em grandemente influenciados pelos parâmetros tradicionais. Como nos mostram os países em que há opção de licença paternidade mais curta ou mais longa, a intervenção do Estado, pela legislação ou políticas públicas, pode favorecer mudanças nas relações familiares, já que as possibilidades de envolvimento do homem (o que também vale para a mulher) na vida familiar dependem em grande medida das condições sociais externas a vida doméstica". (ITABORAÍ, 2005, p.14).

A respeito deste assunto sobre a ação das leis perante as famílias e as novas posições dos pais ou demais familiares perante seus filhos, ou seja, perante as novas normatizações temos por ilustração:

> "Outra forma de normatizar a família foi através da punição de comportamentos tidos como desviantes em relação ao modelo que se pretende implementar. No Ocidente, o modelo de casamento predominante definiu-se como monogâmico e heterossexual. Diante disso, o adultério foi definido como crime, punido muitas vezes com morte, diante da aceitação da legítima defesa da honra, e a homossexualidade foi definida como doença, permitindo tratamentos como a operação que retirava os lóbolus frontais do cérebro, área responsável pelo prazer, privando os homossexuais não só do prazer homoerótico, mas de qualquer tipo de prazer". (ITABORAÍ, 2005, p.13).

E é delineando os fatos que vamos encontrando as origens dos modelos de vida social que temos hoje, às vezes vistas como 'normais', ora, vistas como 'bizarras', dependendo sempre dos valores morais característicos por cada um.

A partir das discussões feitas, é que poderemos passar a discutir a cerca da contemporaneidade e os reflexos destas nas famílias.

Lino (2009) considera que:

> "Desde as últimas décadas se vive mudanças sociais importantes nos diversos contextos sociais: vive-se o regime da acumulação de capital flexível; vive-se a globalização em suas dimensões sócio-econômicos, culturais e tecnológicos. Tudo isso atrelado à fluidez, à novidade, ao efêmero e ao fugido a ser valorizados e a fazer parte das práticas que se constituem na contemporaneidade". (LINO, 2009).

Sendo assim, e sabendo que o ser humano não é imune aos efeitos causados pelos movimentos vigentes. Estes sentimentos novos, vão gerando, paulatinamente sujeitos novos, com características ímpares, e aglutinados em uma mesma residência, vão constituindo famílias atípicas, com condutas e normas que condizem com a realidade vivenciada. "Desta forma as modificações ocorridas ao longo do tempo possibilitaram o desencadeamento, na contemporaneidade, de novos tipos de relacionamentos muito mais efêmeros, frágeis e superficiais". (Lino, 2009).

A partir desses ditos vamos então nos concentrar a cerca do que o titulo deste capitulo que nos faz pensar, colocando-o em uma posição intima com o tema geral do trabalho acerca de um possível desaparecimento da infância e quiçá o alongamento da adolescência.

Procedendo de forma coerente ao que discutimos no nosso primeiro capítulo "A infância", nos utilizaremos o pensar a infância como algo não estático, um conceito que se altera diante das possibilidades sociais.

Lendo alguns autores (SALLES, 2005; SZAPIRO e RESENDE, 2010; CAMPOS e SOUZA, 2010; PERALVA, 1997) foi no possibilitado perceber que assim como a infância, a adolescência e a família se alteram, a relação de tutela dos pais diante de seus filhos não é mais a mesma. Não existe aqui nenhum sentimento de nostalgia, mas somente descrição de alguns estudos acerca da temática.

Ao termos que além do sentimento de infância ter sido alterado e delineado a partir dos moldes da contemporaneidade, a juventude, ou melhor dizendo, o sentimento de juventude também se altera, podemos pensar que a partir dessas transformações as relações humanas também se alteram. Assim é que começamos a pensar, neste caso, nas relações dos pais (ou responsáveis) perante seus filhos. E por que isto? Porque acredita-se que seja na família que os primeiros contatos com valores, sentimentos e crenças acontecem. É dentro de casa que a infância e a juventude passam a ter formas, já que como vimos pouco acima, ainda neste capítulo, a família é reflexo do externo, das ações do sistema remexido com heranças culturais trazidas por seus antepassados.

No próprio resumo de seu artigo, Salles (2005), nos traz que "há uma nova forma de reconhecimento social dessas fases da vida que enfatiza um tratamento igualitário entre adulto, criança e adolescente". E acrescenta: "O desvelamento desse processo permite caracterizar os contornos que essas etapas do desenvolvimento humano vêm adquirindo atualmente e suas implicações na vida cotidiana".

Esta pequena citação, nos reafirma o que acabamos de dizer, e grifaria ainda, quando é colocado acerca das implicações na vida cotidiana, que é exatamente onde pretendemos nos dirigir.

> "A criança e o adolescente, com seus modos específicos de se comportar, agir e sentir, só podem ser compreendidos a partir da relação que se estabelece entre eles e os adultos. Essa interação se institui de acordo com as condições objetivas da cultura na qual se inserem. Condições históricas, políticas e culturais diferentes produzem transformações não só na representação social da criança e do adolescente, mas também na sua interioridade. Há uma correspondência entre a concepção de infância presente em uma sociedade, as trajetórias de desenvolvimento infantil, as estratégias dos pais para cuidar de seus filhos e a organização do ambiente familiar e escolar". (SALLES, 2005, p.2).

Podemos ainda, pensar que diferentemente da modernidade e da pré-modernidade, os adultos hoje não tem mais o poder sobre o conhecimento que ronda as esferas da infância e da juventude (PERALVA, 1997), e esse fator, a meu ver, é o principal gerador histórico que pode vir a embasar esta discussão.

> "Dadas as mudanças que vêm ocorrendo em função das transformações das condições sócio-históricas e culturais, os referenciais funcionais que demarcavam os limites entre uma idade e outra estão desorganizados. Embora os critérios cronológicos sejam ainda válidos, eles não podem ser mais entendidos como a dimensão básica para definir as idades da vida. Há uma desconexão nas diferentes dimensões que definem a entrada na vida adulta. Como diz Peralva (1997), na sociedade contemporânea está ocorrendo um processo de despadronização do ciclo de vida. As idades da vida estão 'bagunçadas' e a própria idéia do que é ser tutelado se modifica". (SALLES, 2005, p.7).

Diante disso, e pressupondo que exista, diante dos artigos lidos, que a contemporaneidade aja diretamente nas relações entre as pessoas, perpassando pela ação da mesma, consequentemente teremos a vida intima e diária das pessoas modificadas por essa.

Seguir neste raciocínio faz-nos pensar que a relação estabelecida dentro de uma residência, ou de qualquer outro ambiente que proporcione o convívio humano, é modificada, e continuará a se modificar.

Como veremos nos discursos dos jovens principalmente no próximo capítulo, não há mais o interesse de que os pais arbitraiam suas vidas, como ainda é, de forma sutil, confortável pelas crianças.

A mídia, a escola, a ciência e o Estado, a meu perceber, embasado em tudo o que refletimos até aqui, é que vão formulando e desenvolvendo, juntamente com as particularidades da vida íntima de cada sujeito, o modo de agir e antes mesmo do modo de

agir, o modo de pensar de cada um. É claro que não são caixas depositárias onde a cultura infiltra valores que são simplesmente digeridos, pois caso assim fosse, teríamos lotes de sujeitos padronizados ao invés de uma diversidade tão notória de pensamentos, ideologias, interesses, atitudes, personalidades etc.

Dentro deste viés, podemos trabalhar aqui um pouco mais sobre o que o capítulo propõem, apesar de acreditar que, de forma proposital, as ideias discutidas acima, já deixaram indícios e brechas para que o próprio leitor faça, sem agir de forma direta ao pensamento, suas reflexões acerca do propósito.

Apesar disso, acrescentarei outro viés, também interessante diante da discussão da tutela da família na contemporaneidade, que adiantando, se alia a uma discussão sobre a autoridade entre pais e filhos, ou mais a frente ainda na discussão: a perda desta autoridade, agora com mais um aliado ao mercado e ao Estado, mas que de certa forma também se assemelham quando um dos objetivos, mesmo que "sem querer" seja o de moldar sujeitos "saudáveis ao governo". Este novo viés, trazido por Zanetti e Gomes (2009) se refere justamente a ciência, que quando ingenuamente a olhamos, a vemos sempre com os mais belos olhos, sempre aderindo-a uma perspectiva revolucionária e/ou de auxílio (de alguma forma) social.

Esta ciência trazida no trabalho das autoras vem associada ao "espírito de especialização", como bem colocam (p.196), onde quando assim o é, a noção do todo do sujeito perde-se, e atenta-se enfaticamente a pequenas partes.

A crítica que faço aqui, não é de maneira alguma a produção científica. De modo algum, e sinto necessidade de deixar isso bem claro. A crítica real que aqui faço é que, o que percebo aliada aos estudos das autoras, é de que esta ciência, estes minuciosos estudos acadêmicos, pouco estão se relacionando e dialogando com o sujeito, sua cultura e seus valores. Passa-se por cima do antigo, quando baseado em uma ciência, prega-se que o novo deva substituir o antiquado senso comum, despossuidor de bases cientificas algumas para agir. Este, inibido, passa a se desestabilizar, embaraçando diante de seus pensamentos e suas ações. Gera-se então um desequilíbrio por parte, neste caso, das famílias, que acostumadas com os seus conceitos do que seja certo ou errado, se confundem, porém não uma confusão boa, que gera movimento de reflexão e diálogos, não.

> "Se o sujeito contemporâneo é fruto da soberania do 'saber cientifico' sobre o 'saber vivencial' e do modelo tecnológico, aplicando à relações interpessoais teremos então um sujeito que se demite da sua posição de sujeito, que se submete totalmente ao sistema que o comanda, que não se autoriza a pensar". (ZANETTI e GOMES, 2009, p.200).

Abre-se mão dos seus modos de educar e de agir, para aderir a um "manual cientifico que pouco sentido faz, consequente do pouco diálogo e das afirmações hierárquicas do tipo em que apoia-se em novos conceitos para agir, porém, não compreende-se exatamente o porque se está fazendo: "De acordo com Wagner (2003), a família passa por um momento de perda de referenciais, onde modelos recebido nas gerações anteriores parecem obsoletos e novas estratégias ainda não parecem eficazes". (apud ZANETTI e GOMES, 2009).

O que acontece neste momento, com essas perdas de referenciais, é a vulnerabilidade, a fragilidade para que a recepção de qualquer outro modelo que pareça de forma coerciva, seja por ações, falas ou imagens, passa a ter a credibilidade suficiente para agir na mente dos pais e dos filhos, levando-os estes a uma situação ridicularizada de incapazes e completamente submissos às novas concepções. Como coloca as autoras, "fica-lhe difícil de tomar uma decisão a partir dos conhecimentos, de tomar uma decisão a partir dos conhecimentos, de se autorizar um julgamento (Lebrun, 2004) já que se **torna alguém incapaz de realizar produções criativas com autonomia para desenvolver seu próprio processo de conhecimento**". (p.200).

Apoiadas em alguns autores como Del Priori (1992) e Lebrun (2004), obteremos algumas considerações relevantes que Zanetti e Gomes nos trouxeram no sentido de um pouco mais explanar o horizonte de discussão que perpetua sobre aquilo que tange a ciência (olhar especializador) com a invasão ao intimo das famílias, e sobremaneira, assim, relacionar estes fatores como catalisador a perda precoce de tutela da família diante dos filhos- crianças e jovens.

É nos colocado que a criança, dentro dos discursos especializados, vem sendo colocada como "protagonista e de quem decide seu futuro":

> "Para Del Priori (1992) podemos ler este fenômeno da proliferação dos discursos especializados sobre a criança enquanto algo de uma 'reação violenta' da sociedade cientifica contra um posicionamento em que os pais não consideravam as crianças plenamente enquanto cidadãs. A preocupação maior deste 'discursos especializados' estava em buscar sensibilizar os pais acerca da necessidade de maiores cuidados em relação a seus filhos, mas acabaram por providenciar um sentimento exacerbado em que, atualmente, a criança é colocada no lugar de protagonista e de quem decide sobre seu futuro". (apud ZANETTI e GOMES, 2009, p. 197).

E ainda,

> "Lebrun (2004) considera que a sobrevinda do discurso da ciência, que subverteu profundamente o equilíbrio até então em jogo na família, surgiu para acabar de vez

> com o poder da autoridade paterna, proporcionando um deslocamento do posicionamento de autoridade para o de responsabilidade". (apud ZANETTI e GOMES, 2009, p.197).

Como diria as autoras, "estamos diante de uma sociedade que assumiu a ciência no lugar da função paterna".

Diante disso, podemos acrescentar várias outras discussões sobre autoridade dentro do locus familiar. Relacioná-las com o poder decisório do Estado como já o fizemos (ANDRADE, 1998 e CASTRO, 2008), relacioná-lo aos desejos do mercado que também são formadores de opiniões, de condutas e de sujeitos e a escola que, assim, como a família reúne os aspectos sociais externos injetando seus moldes de valores e verdades na criança/jovem. Deste aglutinado montante de formadores de cidadãos, possuidores das 'melhores intenções' é que vão sendo conduzidos os caminhos por quais percorrem o desenvolvimento do sujeito em seus aspectos mais amplos: social, moral, estético e psicológico.

Com isso, retomando a questão central do capítulo, podemos acrescentar mais uma fala das autoras que enfatizará a questão da dinâmica familiar frente as mudanças sociais propostas, implícita, ou explicitamente, e como essas mudanças auxiliarão diretamente na maneira de como os pais passarão a interagir com sua prole, modificando a relação existente no núcleo familiar e na autoridade, tutela que permeia o meio 'residencial':

> "No contexto atual consideram que quando a criança descobre que o pai não personifica absolutamente a força, a justiça e a bondade e, sobretudo, que não concede a proteção que ela inicialmente espera dele, esta criança 'não pode mais se identificar por muito mais tempo com o pai, não pode efetuar aquela interiorização das exigências colocadas na família, a qual, *apesar de todos os seus aspectos repressivos,* contribuía para a *formação do individuo autônomo*'.". (ZANETTI e GOMES, 2009, p.200).

Esta minha fala embasada nas discussões de Zanetti e Gomes (2009) e outros autores que falam da família, vem para encontrar nossa proposta de discussão sobre a tutela, ou então, a primeira hipótese do capítulo, antes do real estudo, que agora encontro confirmações, que seria a existência da perda precoce da tutela dos pais, por diverso motivos ligados à instituições chaves.

CAPÍTULO 4

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA POR ELES MESMOS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.

No primeiro momento neste capitulo apresentaremos a escola onde o estudo foi feito, juntamente com uma pequena caracterização dos sujeitos que participaram da nossa entrevista. Em seguida analisaremos as informações, que através das falas das crianças e jovens, como forma de dados. Primeiro será feita a análise das falas das crianças e posteriormente a dos adolescentes.

4.1. A escola

A escola localiza-se no município de Leme, em um bairro considerado de periferia: Jardim Presidente. Constituída pelos níveis de Ensino Fundamental ciclo I e EJA (educação de jovens e adultos).

A escola já uma vez apareceu na televisão pela emissora EPTV onde destacava-se nesta escola dois projetos exercidos por duas voluntárias: o primeiro fazia menção higiene bucal e o segundo, ao aprendizado da música instrumental. A escola, além desses projetos, conta também com o trabalho de uma psicóloga que prioriza o atendimento individual aos alunos diagnosticados por problemas de diversas ordens.

Nos dias e noites que fui até a escola, me deparei com uma equipe bastante envolvida com o trabalho desenvolvida na unidade o que me garantiu também espaço suficiente para a efetivação das entrevistas com os alunos.

4.2. Caracterização das crianças.

Como foi indicado anteriormente, foram entrevistadas 4 crianças e 4 adolescentes, escolhidos de maneira aleatória através de sorteio.

A primeira entrevistada, do sexo feminino, estudante da quarta série do Ensino Fundamental I, mora na cidade de Leme com a residência localizada no bairro Primavera. Moram com ela: a mãe, pai, três irmãos, avó e tio, totalizando com a criança 8 moradores.

Dentre estes exercem atividade remunerada, a avó e o tio na colheita da laranja e o pai como pedreiro. Esta criança que neste estudo será identificada como C1 tem 10 anos de idade.

O segundo entrevistado é do sexo masculino e tem 10 anos de idade, estudante da quarta série do Ensino Fundamental I. Como a outra é morador da cidade de Leme com a residência localizada no bairro Primavera. Mora com ele: o pai, a mãe e um irmão, totalizando com a criança 4 moradores. Ninguém exerce atividade remunerada sobrevivendo de auxílios. Esta criança será identificada neste estudo como C2.

A criança identificada neste estudo como C3 tem 10 anos de idade, também estudante da quarta série do Ensino Fundamental I, moradora da cidade de Leme, com a residência localizada no bairro Primavera. Mora com ela: o pai, a mãe e dois irmãos. Totalizando com a criança 5 moradores. Exercem atividade remunerada, o pai que trabalha em uma fábrica e a mãe na colheita da laranja.

A criança identificada neste estudo como C4 tem 11 anos de idade e frequenta também a quarta série. Como os demais mora na cidade de Leme, com a residência localizada no bairro Primavera. Mora com ele: a mãe, o pai, o tio e o irmão. Totalizando com a criança 5 moradores. Exercem atividade remunerada, o pai e o tio no corte de cana e a mãe na colheita de laranja.

4.3. Caracterização dos adolescentes.

A adolescente, do sexo feminino, identificada neste estudo por A1, é moradora da cidade de Leme e tem 18 anos. Sua residência está localizada no bairro Primavera. Mora com ela: a avó, o avô, a mãe, sete irmãos. Totalizando com a adolescente 11 moradores. Exercem atividade remunerada, o avô que recolhe reciclagens nas ruas e casas e a avó que trabalha como faxineira em um açougue. Quando tinha 7 anos, deixou a primeira série por não gostar de estudar e ter dificuldade em levantar cedo.

A segunda entrevistada, também moradora da cidade de Leme, com 18 anos, possui residência localizada no bairro Jequitibá. Mora com ela: a mãe, o padrasto e três irmãos. Totalizando com a adolescente 06 moradores. Exercem atividades remuneradas, a mãe que trabalha em sua própria casa na montagem de pecinhas para luz, dois irmãos que trabalham cada um em uma fábrica (na fabricação de telhas e tijolos) e o pai, que trabalha com um dos irmãos na fábrica de telhas. Deixou a escola na terceira série, com 9 anos, por apresentar déficit de aprendizagem e ser encaminhada para APAE. Esta jovem será identificada por A2.

O adolescente entrevistado aqui, também morador da cidade de Leme (17 anos), reside no bairro Primavera. Mora com ele: o pai, a madrasta e quatro irmãos. Totalizando com a adolescente 07 moradores. Exerce atividade remunerada apenas o pai, na venda de carros em um estacionamento, porém na primeira entrevista disse que o pai era caminhoneiro. Deixou a escola na terceira série, com 9 anos, por apresentar déficit de aprendizagem e ser encaminhado para APAE. Identificaremos este aluno, por A3.

A quarta jovem moradora da cidade de Leme (16 anos), possui a residência localizada no bairro Primavera. Mora com ela: a mãe e dois irmãos. Totalizando com a adolescente 04 moradores. Exercem atividades remuneradas, os dois irmãos, um trabalhando em um açougue e outro em uma usina. Deixou a escola na terceira série, com 9 anos, por apresentar déficit de aprendizagem e ser encaminhada para APAE. Esta jovem será nomeada aqui por A4.

4.4. A fala das crianças

No decorrer das entrevistas realizadas com as 4 crianças, buscamos sobretudo identificar o que pensavam acerca do que era ser criança, e se possível que ao descrever, fizessem uma autorreflexão a cerca de se havia harmonia entre o que diziam sentir pela infância com aquilo que viviam. Ainda buscamos entender o que passava em suas mentes a cerca das demais fases da vida, e se, existe o desejo de uma antecipação por parte das mesmas em adiantar as fases, para tornarem-se logo, adolescentes ou adultos, buscando entender, os porquês.

É interessante descrever alguns assuntos e palavras chaves que apareceram nas falas das crianças quando colocamos para definir a infância, a adolescência e a fase adulta.

Para infância:

- Brincadeira;
-Poema (Historinhas, inventar frase);
-Diversão.

Considerações:

Quando nos é colocado estas definições de infância pelas crianças, podemos perceber nessas concepções o que viémos a discutir no primeiro capítulo. Quando, por exemplo,

Postman nos coloca o sentimento da perda da infância, é nesta infância que esta interiorizada em forma de concepções transformadas em atitudes por essas crianças de 2011 entrevistadas por mim, se referem. A infância é sentida por elas como algo muito bom, sem desvantagens, em que podem ser e fazer, na medida dos limites impostos pelas autoridades e pelas regras básicas sócias, o que quiserem. Ainda não estão amarradas por completo, apesar da interiorização dos exemplos do modo de ser de outros sujeitos sociais. Vivenciam aparentemente a concepção de infância relatada.

> "Criança joga, brinca". (C1, 10 anos de idade, 2011).
> "*Noi pode brincar*, não precisa se preocupar com coisas de adulto". (C2, 10 anos de idade, 2011).

Para adolescência:

- Aprendizagem (coisas mais complexas da escola);
- Amizade;
-Paciência; (Não brigar com os outros);
-Igual a criança;
-Fim da infância;
-Viver desafios;
-Liberdade;
-Experimentar novidades (ir a novos lugares, provar bebidas e comidas);
-Maior autonomia;
-Poder ser "mais útil" ("ajudar no serviço de casa, poder cuidar dos irmãos");
-Imaturidade ("Não tem noção, não sabe o que tá fazendo").

Assim como nas falas a cerca da infância, pudemos perceber novamente que, é muito forte dentro do imaginário sociais alguns "rótulos" pré-definidos aos adolescentes. Várias vezes foram taxados como sem-noção e quando foi colocado a questão das vantagens em ser adolescente, a ênfase foi sobre a possível liberdade em experimentar e descobrir as coisas mais perigosas e censuradas socialmente, como o álcool ou a expectativa de um possível inicio de namoro.

> "Têm muitos adolescentes que na adolescência só pensam em namorar". (C3, 10 anos de idade, 2011).
> "Andar sozinho à noite, nadar nas piscinas fundas". (C2, 10 anos de idade, 2011).

> "Beber bebida alcóolica, é só não beber demais". (C1, 10 anos de idade, 2011).
> "Adolescente é chato porque não tem noção, não sabe o que *tá* fazendo". (C3, 10 anos de idade, 2011).
> "É chato ser adolescente porque não sabe cuidar da vida direito, não tem noção". (C4, 10 anos de idade, 2011).

Em algumas vezes a adolescência, assim como a infância possui características iguais quando relacionadas a escola, ambos possuem vínculos com essa instituição e passa ser inerente para as crianças que criança e adolescente tem de estar na escola.

> "Ler, escrever, aprender algumas coisas que *nóis* tem dificuldade". (C3, 10 anos de idade, 2011).
> "Continhas de matemática, dividir". (C3, 10 anos de idade, 2011).

É colocado também ao adolescente, contrapondo-se ao sujeito "sem-noção" algumas tarefas que necessitam de maior responsabilidade, e por parte das crianças isso deve ser bem legal. Existe a relação também de, quanto maior a faixa-etária menos erros são cometidos.

> "O adolescente sabe o que é mais certo do que a criança". (C1, 10 anos de idade, 2011).
> "Ajudar no serviço de casa, poder cuidar dos irmãos". (C3, 10 anos de idade, 2011).

Quando esta fala acontece o que parece é que ao atribuir maior relevância ao adolescente já que é atribuído ao mesmo responsabilidade, e essa atribuição é tida como algo positivo, podemos pensar que logo, se o mesmo não ocorre com as crianças, é quando paro e penso, no modo que são tratadas, vistas e reconhecidas como seres especiais, que tem sim suas responsabilidades, as escolares, e que estas devem ser tão ou mais valorizada como por exemplo, a capacidade de cuidar de outros afazeres delicados como ajudar a mãe a cuidar de afazeres outros. Isto ficará mais forte quando se inicia as falas sobre os adultos, onde ter trabalho e dinheiro, e ter o poder de compra são coisas muito desejadas e valorizadas. Atribuir tanta relevância a capacidade dos adolescentes em assumir algumas tarefas, pode acabar que desvalorizando as tarefas tão importantes, como as escolares, realizadas pelas crianças. E essa possível ingênua desvalorização, talvez poça acarretar alguns danos na visão de escola e futuro que possam ter ou vir a ter no decorrer da infância, chegando na idade que julguem não ser mais criança, e iniciar um processo de desvalorização de tarefas antes não reconhecidas e passar a se dedicar a outras que lhes recaiam mais reconhecimento, sobretudo pela sua família. Dizendo isso estou me embasando nas falas das crianças que durante a nossa conversa nos mostra quão forte é os laços dentro de casa com aqueles que lhes são afetivos.

> "Me dou melhor com minha avó, ela me abraça também". (C1, 10 anos de idade, 2011).
> "Minha avó é carinhosa assim, minha mãe a qualidade dela é fazer comida". (C1, 10 anos de idade, 2011).
> "Fazer gargalhada. Eles contam piada, saem pra passeio, minha mãe me faz carinho. Não tem nada de ruim". (C2, 10 anos de idade, 2011).
> "Gosto quando meu pai brinca de bola comigo". (C4, 10 anos de idade, 2011).

Percebe-se em uma fala que mesmo conseguindo de certa forma caracterizar os adolescentes com algumas especificidades, não é totalmente claro as crianças muito bem as diferenciações entre a primeira e a segunda faixa etária.

> "Ter amizade, não brigar com os outros, dividir as coisas com os outros". (C3, 10 anos de idade, 2011).

Essas, como sabemos, são valores colocados ao ser humanos em geral, não sendo específico do adolescente.

> "O adolescente e a criança é igual, só muda algumas coisinhas que a gente sabe: trabalhar na roça, faxina". (C3, 10 anos de idade, 2011).

Ou quando pergunto sobre desvantagens,

> "Alguma coisa tem de desvantagem, mas eu não sei, eu não sou ainda". (C2, 10 anos de idade, 2011).

Para os adultos

-Responsabilidade;

-Saber o que é certo ou errado;

-Bom senso ("Saber levar com as coisas");

-Ter respeito;

-Dono da razão ("Ensina coisa certa pra criança, não ensina coisa errada"; "O adulto sabe mais, e nós temos que aprender");

- Trabalho;

- Poder;

-Liberdade;

-Útil ("Poder ajudar as crianças a ler, ser professor");

-Obrigações sociais e seus problemas ("Adulto tem que trabalhar e não pode", referindo-se ao desemprego);

-Consumo;

-Liberdade financeira. (“Ter dinheirinho, comprar o que puder”).

-Independência (provinda do dinheiro); (“Pode comprar coisinhas, não depende dos outros, porque os outros jogam na cara da gente”).

Como uma concepção natural para as crianças, o percurso natural da vida vai com a somatória de idades aderindo cada vez mais a voz da razão e a condição de sempre agir corretamente perante as situações do dia-a-dia. A hierarquia do poder vai sendo construída dentro de uma pirâmide onde quão maior a idade mais ações corretas elas exercem. Pensar dessa maneira leva a infância ser espelhada neste exemplo pré-julgados corretos daqueles que são referências continua de condutas. É a voz da criança, como discutido anteriormente (ANDRADE, 1998) sendo abafado pela voz do universo adulto.

Outro aspecto importante que aparece nas falas das crianças, é sobre a questão do respeito, do bom senso- “saber levar as coisas”- (C2, 10 anos de idade, 2011), atribuído ao adulto. Parando para pensar, a ênfase no respeito e bom senso fazem-nos refletir em que essas, são de fato, características marcantes nos adultos- de acordo com as crianças, mas por quê? Seria porque à criança é permitido sem grandes, ainda, julgamentos de valores exercer a sinceridade e a espontaneidade (no sentido mesmo do dicionário Aurélio, 2001) “Voluntário, que se desenvolve sem intervenção humana”? É claro que não estamos afirmando que a criança desenvolve-se sem a intervenção humana, ao contrário. Porém, diferentemente do papel adulto de dever ser sempre atuante do que seja “politicamente correto”, trabalhando diante do bom senso, aderindo até mesmo às vezes a hipocrisia de uma educação forçada, a criança ainda, não se autocaracteriza como sendo assim, elas se veem no meio de criação e de brincadeiras. Quando pergunto o que é infância, respondem:

> “Poema” (C1, 10 anos de idade, 2011).
> “Criatividade” (C1, 10 anos de idade, 2011).
> “Brincadeira” (C4, 10 anos de idade, 2011).

Quando pergunto sobre o adulto:

> “Ter responsabilidade, ver o que é certo e o que é errado, saber levar com as coisas, não xingar os outros de nomes feios, ter respeito” (C3, 10 anos de idade, 2011).
> “Brincar, divertir como a gente, ser criança, como adulto não pode. O povo fala que quando a gente é grande, é adulto, não pode”. (C1, 10 anos de idade, 2011).
> “Até pode brigar, mais o adulto não pode brigar que nem criança”. (C2, 10 anos de idade, 2011).

Ser adulto para as crianças em geral não é preferível, com exceção do aluno C2, que gostaria de adiantar o tempo para ser adulto para poder ser professor e ajudar os outros- Fase da vida mais legal: "Adulto, porque agente pode ajudar as crianças a ler, ser professor, porque eu gosto de ler e ajudar". Porém, mesmo não sendo desejada esta fase da vida, ela é vista em vários momentos como sendo positivas se relacionada ao poder monetário.

Sobre as vantagens em ser adulto/ o que esperam quando forem adultos:

> "Adulto pode mais coisa" (C4, 10 anos de idade, 2011).
> "Poder comprar coisinhas, não depende dos outros, porque os outros jogam na cara da gente". (C3, 10 anos de idade, 2011).
> "Ter dinheirinho e comprar o que puder, celular". (C1, 10 anos de idade, 2011).

Como vimos na parte teórica do trabalho, podemos considerar que, diante das falas aqui feitas juntamente com suas observações, as concepções de infância, adolescência e vida adulta, ainda prevalecem pelas crianças, conglutinadas das características universalizadas que POSTMAN afirma estar sendo perdida. É a influência social, que forma e desenvolve o sujeito já dando as pequenas modulações, os pré-determinismo do que venha a ser o que se é: criança e do que virão a ser: adolescentes e adultos.

4.5. A fala dos adolescentes

O mesmo será feito com as falas dos jovens, onde colocaremos como itens as palavras ou assuntos chaves que se destacaram em suas falas quando estavam se referindo a concepções relacionadas as fases aqui pensadas (infância, adolescência e fase adulta).

Crianças

- Legal;
-Brincadeiras;
-*Brincar de namorar*;
-Diferente;
-Liberdade;

Considerações: Com o início das falas dos adolescentes, já acerca da infância, me deparo com uma resposta:

"Não tenho ideia" (A1, 18 anos de idade, 2011).

Esta resposta já me acarreta a ideia de uma possível discussão a cerca da experiência. Esta jovem me diz que não teve infância, e que prefere nem lembrar-se desse período. Será então que seria possível, gerar uma concepção com base maior pela e na experiência?

As demais respostas a cerca da infância mais uma vez se remetem ao campo do conhecido. As afirmações se fazem na base das características mais universais, prevalecendo a ingenuidade como característica mais marcante da criança, inclusive não conseguindo encontrar desvantagens alguma na fase da infância, diferentemente quando perguntado às crianças, que por sua vez conseguiram encontrar suas desvantagens.

Outro ponto a ser discutido poderia ser a fala sobre a liberdade:

> "Quando era criança eu podia sair a hora que quisesse e agora ela (referindo-se a mãe) fica enchendo o saco por sair de casa". (A1, 18 anos de idade, 2011).
> "Eu queria ser criança de novo, gostava de pular corda, brincar". (C2, 18 anos de idade, 2011).
> "Jogar bola agora é de vez em quando". (A4, 16 anos de idade, 2011).

Podemos pensar em uma liberdade relativa e novamente mencionar a discussão sobre os direitos e a voz das crianças e também dos jovens discutidos anteriormente. Como seria o sentimento de liberdade que estes compreendem, a liberdade realmente concedida e a ideal? Será que é somente uma impressão o ter a liberdade enquanto criança por estarem, na infância, pouco cientes do que se pode ou não, e, na maioria das vezes como, nas falas das crianças, acatando sem muito reclamar, as "orientações" daqueles que são para si os donos da razão. Outra possibilidade dessa impressão de liberdade que se coloca na infância, pode ser fundamentada nas ostentações dos pedidos e das variedades de vontades que se tão quando crianças (teoricamente amis aceitáveis pelos adultos) e quando jovem. Mais uma possibilidade de interpretação dentro dessa perspectiva de liberdade que o jovem traz para a infância (impressão essa que a criança não traz enfática e claramente) pode ser que, quando se é criança, exista neste ser mais confiança justamente por deduzir, dentro da concepção universal, que na infância, predominando a inocência e a ingenuidade, não ronde tanto perigo como pode haver no caminhar de um jovem, já mais "sem noção".

Importante também é ressaltar o brincar de namorar que a adolescente identificada por A2 coloca quando perguntado ainda sobre a infância:

"Tem namorado, eu tinha um namorado no Jardim, minha mãe não deixava, aí eu brincava escondido". (A2, 18 anos de idade, 2011).

Brincar de namorar ressalta ainda o grau de ingenuidade e meiguice atribuído a criança. A criança não é tida como um ser assexuado, porém isso não inibe a característica de pureza atribuída a elas.

Diferentemente do que as crianças nos colocam, os jovens não veem problemas em ser crianças, ou no período da infância.

Adolescência

-Mudança;
-Fim da infância;
-Responsabilidade;
-Namoro;
-Mesma coisa da infância; (Por dizer não ter tido infância);
-Estudo;
-Ausência de brinquedos e brincadeira (retirada);
-Batom e maquiagens;
-Liberdade para saírem;
-Direitos (Possuem mais conhecimentos sobre seus direitos);

Assim, como anteriormente, nas falas analisadas onde as crianças definiam infância, os jovens ao definirem adolescência, houve muito mais intimidade no momento da fala, intimidade esta que, aqui coloco como espontaneidade na hora da conversa, os alunos tinham mais propriedade naquilo que falavam. Novamente encontramos a relação da experiência realmente sentida com a riqueza da fala e segurança exprimida mesmo nas curtas frases.

As primeiras falas que aconteceram por parte dos jovens a cerca da juventude foi mudança. Diferentemente de quando perguntei sobre infância, não houve um silêncio, nem mesmo necessidade de estímulos para que precisassem falar. A expressão de todos mudara (deram uma risadinha) e todos se posicionaram para iniciar uma fala.

> "Eu acho que aí vai mudando, vai vivenciando mais as coisas. Ai *nois* já muda, não pode ser criança, *nois tá* mudando ser criança não da mais não, tem que ser adolescente". (A1, 18 anos de idade, 2011).
> "O que eu mais faço é olhar meus irmãos. Tenho 7. Sou a mais velha". (A1, 18 anos de idade, 2011).
> "*Nois* não brinca mais, *nois* arranja namorado". (A2, 18 anos de idade, 2011).

> "Posso sair com minha irmã". (A1, 18 anos de idade, 2011).
> "Ah, é legal, da hora". (A3, 17anos de idade, 2011).

Na primeira fala, o que parece é que existe um corte brusco entre os acontecimentos e características de ações que permeiam as fases da vida. Como se uma idade demarcasse as fases, não havendo transição. Acorda-se num belo dia e diz: "Começou minha adolescência!". Em outra fala, da aluna A2,quando pergunto sobre quando acaba a infância, percebemos que o meio, no caso a família é que, norteia, no caso, o fim e o início da infância:

> "Acho que com 10 anos. Minha mãe tirou todos os meus brinquedos, a Barbie, ela tirou todas as minhas bonecas, aí eu fiquei sem nada. Ela falou que não era mais criança ela me deu batom, maquiagem". (A2, 18 anos de idade, 2011).

Outro aluno encarou a resposta com um lógico raciocínio, onde a infância só acabaria, quando acabasse a criança:

> Eu: "Quando vocês acham que a infância acaba?"
> A3: "Morte"
> Eu: Quando a criança morre?
> A3: "É". (A3, 17 anos de idade, 2011)

Assim como as crianças, os jovens também colocaram a questão da liberdade como sendo uma conquista/ um direito, porém, agora, diferentemente de quando criança, não se aceita pouca coisa, deseja-se mais, deseja-se experimentar mais coisas. Daí os confrontos com as autoridades, sobretudo pais:

> "Eu prefiro ser adolescente porque agora pode sair em mais lugar, porque agora minha mãe tá tentando segurar, antes ela segurava menos". (A1, 18 anos de idade, 2011).

Quando pergunto sobre a melhor fase aparecem as características de responsabilidade, liberdade e direitos que a adolescência proporciona

> Eu: Porque ser adolescente é a melhor (fase)?
> A3: "*Nóis* tem mais liberdade".
> A2: "A gente já pode ajudar a mãe".
> A1: "Porque a gente tem mais direito das coisas".

Mais uma vez predominaram nas respostas aquilo que a sociedade desvela dos mesmos: temas jargões como desentendimento com autoridades (família, exemplo), namoro, liberdade (baladas), e contrapondo alguns rótulos de "rebeldias", a vontade de querer ter voz e

discutir seus direitos, aparecem em seus relatos, como no das crianças, a característica de atribuição de responsabilidade no período da adolescência.

Por um lado são cobrados à condutas caracterizadas como a de adultos, ora, são novos demais para participar ou decidir outras, devido a isso, é possível encontrar em algumas falas a confusão em gerar uma concepção sobre o que venha a ser adolescência:

A3: "Tudo a mesma coisa: criança e adolescente". E todos concordam com ele.

A1: "Pra mim não muda de infância e agora".

Apesar de A1 se contradizer, devemos considerar que esta diz não ter tido infância, por isso, levando em conta sua experiência individual, diz que em sua vida nada mudou.

Adulto

-Normal;
-Aprendizado;
-Responsabilidade;
-Indefinida; (Não se sabe ao certo o que é);
-Dever em decidir as coisas, escolhendo seus caminhos;
-Início na maioridade;
-Poder;
-Autoridade;
-Filhos (para cuidar);
-Trabalho (obrigação em ter um emprego);
-Expectativa de uma vida melhor (Esperança através de um emprego e estudo);

É na vida adulta, segundo jovens, e também as crianças que a razão prevalece. Devido ao acumulo da aprendizagem do decorrer da vida, julga-se que as pessoas sejam mais sensatas. E isso para eles, é normal. Percebemos que quando criança a valorização do adulto decorrente do poder conquistado pela "sabedoria" se transforma em autoridade de forma mais eficaz:

"Eu já acho normal, vai vivendo e aprendendo". (A1, 18 anos de idade, 2011)

Em geral, ser adulto não traz muitas vantagens, fase essa pouca ambicionada, com exceção, assim como na visão da criança, quando pensamos o adulto como aquele que possui o poder, tornando essa fase atraente, sobretudo pelo poder decisório e as conquistas financeiras.

Nas falas dos adolescentes vamos percebendo aos poucos os tópicos aqui levantados:

Características negativas e positivas vão se equilibrar, geralmente relacionando o ter responsabilidades com o "fardo" ruim e a conquista de direitos as vantagens dessa vida adulta. Quando pergunto sobre as desvantagens:

> "Tem filho pra cuidar". (A2, 18 anos de idade, 2011).
> "Trabalhar". (A3, 17 anos de idade, 2011).

Percebemos que quando pergunto sobre as expectativas sobre o futuro, todas fazem menção a característica 'trabalho' relacionada a vida adulta.

> "Arrumar um emprego". (A4, 18 anos de idade, 2011).
> "Ser babá". (A4, 18 anos de idade, 2011).
> "Tem que ter juízo. Quero ser professora de matemática" (A2, 18 anos de idade, 2011).
> "Ter um bom emprego, ser caminhoneiro". (A3, 18 anos de idade, 2011).
> "Também um emprego bom". (A1, 18 anos de idade, 2011).

Juntamente com as expectativas de ver a vida adulta como uma chance de melhora do futuro outras características se aglutinam a essas no lado positivo sobre a vida como adulto: o poder de exercer seus direitos sem alguém 'acima na hierarquia' da vida para dominá-los.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito nas primeiras linhas deste trabalho, o objetivo geral foi o de investigar os sentidos e concepções sobre a infância e a adolescência na sociedade atual e suas implicações no âmbito escolar, buscando entender os porquês que esse processo vem ocorrendo tendo como pressuposto sua associação com os modos de tutela e a consequente autonomia e independência precoce que crianças e adolescentes parecem estar adquirindo na sociedade atual. Ao examinar as concepções de infância e adolescência de crianças e adolescentes, buscamos investigar os limites e a autonomia das crianças e dos adolescentes, caracterizando os modos de tutela que os pais empregam na relação com seus filhos, analisando as implicações destas concepções no âmbito escolar.

Para suprir e alcançar nossos objetivos nos utilizamos de uma vasta literatura, buscando dialogar através das ideias dos autores encontrando suporte teórico para fazermos algumas considerações a cerca da temática. Dentro da metodologia, foi nos possibilitado realizar diante das entrevistas algumas temáticas chaves dentro das falas específicas das crianças e dos adolescentes, e a partir destas, fomos relacionando as nossas conversas com o que foi estudado na teoria.

Fomos percebendo que ambos, jovens e crianças, ao caracterizar as três fases da vida, se utilizaram de características que tratamos por características universalizadas, como se o que existisse fosse uma massa uniforme de sujeitos espalhados, todos com os mesmos perfis: ou seja, existe uma generalização entre o que venha ser a infância e o que venha ser a criança, a adolescência, e o que venha ser o adolescente e o mesmo com o adulto.

Essas características generalizadas que foram obtidas pela entrevista se justificam no que o trabalho nos trouxe como parte de sua teoria. Colocar, por exemplo, a criança como o sujeito que brinca, livre, que se diverte, obtendo na infância inúmeras vantagens, devido sobre tudo a ausência de responsabilidades (perante suas atitudes e perante o mundo do trabalho) é, justamente atender a normas sociais estabelecidas, de forma tão pronta, clara e certa que os moldes societários, de ideologias mercadológicas, onde faz rondar nas mentes das pessoas idéias tão ingênuas sobre o que venha a ser cada fase, desassociando por completo de seu percurso histórico (que tentamos tratar nos capítulos), ou, levando através dessa ingenuidade, uma forte tendência a produção de mentes alienadas e facilmente manipuláveis, o que fará com que, como vimos, instituições como a família, perca o controle dos seus próprios valores, do que venha a ser o certo e o errado. Inibe-se discussões internas, autônomas, regidas por seus membros, sobre retomadas de conceitos e reflexão sobre o que acontece no seu interior, o

que levaria, se acontecesse, uma transformação história natural da instituição. Esse não movimento natural leva-a a posição de reprodutora de ideais dominantes, como por exemplo, os que foram aqui discutidos: os do Estado (cada vez mais mínimo), do mercado e dos apelos científicos.

Esse contra-movimento de crescente autonomia dentro das famílias, onde obtemos na verdade, refletidas nas mais diferentes condutas tidas pelos pais ou responsáveis, o reflexo do não saber o que fazer, a insegurança de como agir em determinadas situações, ora repelindo e limitando muito a liberdade das crianças e jovens, como colocado por eles na proibição de sair de casa, de namorar, de beber (não faço apologia a nada disso, apenas estou tentando mostrar a contradição de atitudes geradas pela incerteza dos membros mais velhos que exercem responsabilidades sobre esses menores), ora querendo ser liberal deixando-os participar, antecipadamente, de um mundo, onde as prioridades deveriam ser outras. A participação desse mundo, feitos para adultos, por exemplo, exige do sujeito uma maturidade e uma já construção de opiniões e valores mais concretos para que possibilite ao sujeito condições de dialogar com as informações transmitidas, maturidade essa que a criança e o jovem estão ainda solidificando de forma natural. Com essa antecipação, associada a outros fatores é que estaremos construindo, crianças e jovens cheios de informações segmentadas, incompletas, com o sentimento de serem donos da verdade e do saber. Integramos essa afirmação com a retomada de uma citação sobre as condutas das famílias frente ao mundo contemporâneo, onde ilusoriamente sabe-se tudo, a partir de fontes terceiras e cria-se dentro dessa fragmentação de pequenos saberes, novos valores e novas condutas:

> "Se o sujeito contemporâneo é fruto da soberania do 'saber cientifico' sobre o 'saber vivencial' e do modelo tecnológico, aplicando à relações interpessoais teremos então um sujeito que se demite da sua posição de sujeito, que se submete totalmente ao sistema que o comanda, que não se autoriza a pensar". (ZANETTI e GOMES, 2009, p.200).

É nesse contexto de não autorização ao pensamento que as crianças e jovens deram suas concepções do que venha ser as fases da vida.

Com isso fomos percebendo um fato muito interessante: quando acontecia a concepção entrepares- criança definindo criança e jovem definindo jovem, fomos percebendo que a criança definida pela criança, não fazia menção aquilo que eram ou faziam, e as características que os jovens atribuíram para a juventude/adolescência não eram as mesmas

que os caracterizavam-nos. Percebemos assim, quão forte é a influência de rótulos externos frente aos sujeitos.

Sobre a autoridade, tanto a estabelecida dentro da instituição escolar, como dentro de suas casas, algo muito peculiar apareceram nas respostas. Diferentemente do que muitos acreditam, sobretudo o senso comum, a autoridade nas falas dos jovens, quando relatam a quem obedecem, não é ao sujeito autoritário, que grita, que impõem e que provavelmente pensa em utilizar do medo para conquistar a fala e o poder em seu lócus. Ao contrário, todos nos relataram que essa melhor relação de autoridade, foi algo construído perante a relação afetiva que estabelecem com o outro. Em casa atende-se aqueles que envolvem suas idéias com o diálogo e o carinho, e na escola também, apaesar de aparecer que ainda tem medo da possibilidade da diretora "ligar" para os pais chamando-os a escola. Porém, destaca-se também em uma das falas de uma jovem (A2), que esta se abre e confia plenamente, mais que nos pais, na professora, devido a relação estabelecida por elas.

Resgatando o título do nosso trabalho, "*Entre o desaparecimento da infância e o alongamento da adolescência: concepções sobre as fases da vida na comunidade escolar e suas implicações no cotidiano escolar",* o desaparecimento da infância, antes pré-colocado foi sendo direcionado, pouco a pouco, de acordo com nossas leituras, para a transformação do sentimento de infância, e o alongamento da adolescência, veio ser curiosamente explicitado nas falas das crianças e dos jovens onde, esse desejo de antecipação de fase (criança-adolescente) nas crianças entrevistadas não acontecia de modo tão forte como percebo em crianças de classe social mais elevada. Essas crianças gostam de ser crianças e quando a vontade de crescer aparece, não é no sentido de deixar a infância, é no sentido da curiosidade sobre o desconhecido, vontade de experimentar coisas e situações ainda não vivenciadas ou proibidas (ver o que tem no mundo lá fora), porém, não abandonando sua situação enquanto criança, que reconhecem ter suas vantagens, e que são apreciadas. Essa curiosidade é algo natural do ser humano, a vontade de conhecer o ainda desconhecido é vital para o mundo, e diferentemente do modo pejorativo que acreditava que apareceria nas falas, com elas fui compreendendo o lado não tão medonho assim desse desejo em tornar-se precipitadamente adolescente, encarando esse desejo não como o abandono da infância, encaro como uma confusão, onde as crianças ao desejarem essa outra fase, desejam na verdade descobrir/experienciar coisas que são estigmatizadas. O medo que no inicio da pesquisa tomava conta de mim, em encontrar crianças sem infância, sem prazer em ser criança, querendo encurtar essa fase que tinha (e ainda tenho) pra mim ser tão preponderante a renovação de um mundo falido, foi se transformando em compreensão, que não estavam não

querendo ser crianças ou que não gostavam da infância, mas que como a natureza do homem o é, apenas é estimulado a vontade do novo. O que encontrei nestes pequenos desejos em se antecipar, não foi algo gritante e fortemente ambicionado, como acreditava que encontraria, ao contrário, como disse, o que tivemos foram duas crianças que quando mencionaram querer ser adolescentes, o fizeram com o desejo de experimentar a liberdade que acreditam que existe para os adolescentes .

Compreendi (afirmo e esclareço aqui, ao menos nas falas destas crianças com suas características peculiares, em seus contextos vivenciais, não generalizando a todas as situações, que podem e acredito que na verdade existem em outras crianças, em outros contextos o desejo sim em abandonar a infância simplesmente por banaliza-la, julgando-a pouco perante o que acredita já poder ser) que ao estudar estas concepções e buscar respostas, explicações, tentando compreender de verdade sem julgamentos de valores o porquê acontece determinadas coisas o leque de interpretação das variadas situações se estende e claro, sem cairmos na ingenuidade de que o que exista seja curiosidade pura por parte das crianças em querer conhecer determinadas coisas abnegadas a elas e dirigidas ao outro, mais velho, sabemos do mundo externo que o influencia. Porém, olhar neste novo ângulo, o da permanência da característica da curiosidade a criança nos traz, mais uma vez, tentando não romantizar, a esperança de renovações tão urgentes e carentes de pessoas com fome de conhecer, experimentar e renovar as condições precárias de vida.

REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W; FREITAS, M. V. de; SPOSITO, M. P. *Juventude em debate*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação.* São Paulo. Mai/Jun/Jul/Ago, 1997 n.5, Set/Out/Nov/Dez, 1997 n.6.

ANDRADE, A. N. de. A criança na sociedade contemporânea: do 'ainda não' ao cidadão em exercício. *Psicol. Reflex. Crit.* Vol.11 n.1 Porto Alegre, 1998.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo***.**Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P. de. Pobreza, estrutura familiar e trabalho. *Instituto de pesquisa econômica aplicada*. Brasília, 1995.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cad. Cedes.* Campinas, vol.24, n.62, p.26-43, abril, 2004.

BORBA. P. L. O. Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde Soc.* São Paulo, v.17, n.3, p.63-76, 2008.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Cortez, 1990.

BRITES, O. Crianças de revistas (1930/1950). *Educ. Pesqui.* São Paulo, vol. 26, n.1, 2000, p. 161-176.

CAMARANO, A.A; LEITÃO e MELLO, J; PASINATO, M.T; KANSO, S. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiro. *Ultima décad***.** v.12 n.21 Santiago dic. 2004.

CAMPOS, C. C. G; SOUZA, S. J. Mídia, Cultura do Consumo e Constituição da subjetividade na Infância. *Psicologia Ciência e Profissão*, Rio de Janeiro, RJ, 22 (1), p. 12-21, 2003.

CASTRO, L. R de. A infância como alegoria. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, n 3, p. 5-13, 1998.

_____ (Org.) *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: Nau, 1998.

_____. *Re-visitando a infância contemporânea: passagens, possibilidades e destinos*. Mesa Redonda, 2008.

_____. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. *Psicologia Política*. Rio de Janeiro. 14 (7), 2008.

CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 143-176, julho/2002.

COIMBRA, C. M. B. Os especialistas da infância e da juventude: Produzindo verdades competentes. *Paidéia*. Rio de Janeiro, 11(20), p.85-88, 2001.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de pesquisa*, Rio de Janeiro, RJ, n. 115, março, 2002.
ITABORAÍ, N. R. *A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas.*2005

LOPES, R. E; ADORNO, R. C. F; MALFINATO, A. P. S; TAKEITI, B. A; SILVA, C. R; GOMES, J. V. Vida familiar e trabalho de crianças e de jovens pobres. *Paidéia*. Ribeirão Preto, Fev/Ago, 1998.

MÜLLER, F; HASSEN, M. N. A. A infância pesquisada. *Psicologia USP*. São Paulo, jul/set, 2009, 20 (3), 465-480.

PAIS, J. M. A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Sáude Soc*, São Paulo, SP, v. 18, n.3, p.371-381, 2009.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, SP, n. 5 e 6, 1997.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos de Psicologia*. Campinas, SP, v. 22, jan/mar, p. 32-42, 2005.

SARMENTO, M. J. *As culturas da infância nas encruzilhadas da 2 ª modernidade*, 2004.

SETTON, M. G. J. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p.107-116, jan/jun, 2002.

SILVA, E. R. *A criança, a infância e a história.* Disponível em: http:// www.historiae historia.com.br/matéria.cfm?tb=alunos&id=368, 2011.

SIMIONATO, M. A. W; OLIVEIRA, R. G. *Funções e transformações da família ao longo da história*. I Encontro Paranaense de Psicopedagogia, nov./2003.

SZAPIRO, A. M; RESENDE, C. M. A. Juventude: etapa da vida ou estilo de vida? *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, RJ, 22 (1), p. 43-49, 2010.

ZANETTI, S. A. S; GOMES, I. C. A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea. *Psico*. Porto Alegre, RS, v. 40, n.2, pp. 194-201, abr/jun, 2009.